

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
CVces

NÚMERO 57
OUTUBRO 2011



Rio+20: o caminho das pedras

O que se anuncia e o que
ainda falta na rota das
articulações para o evento

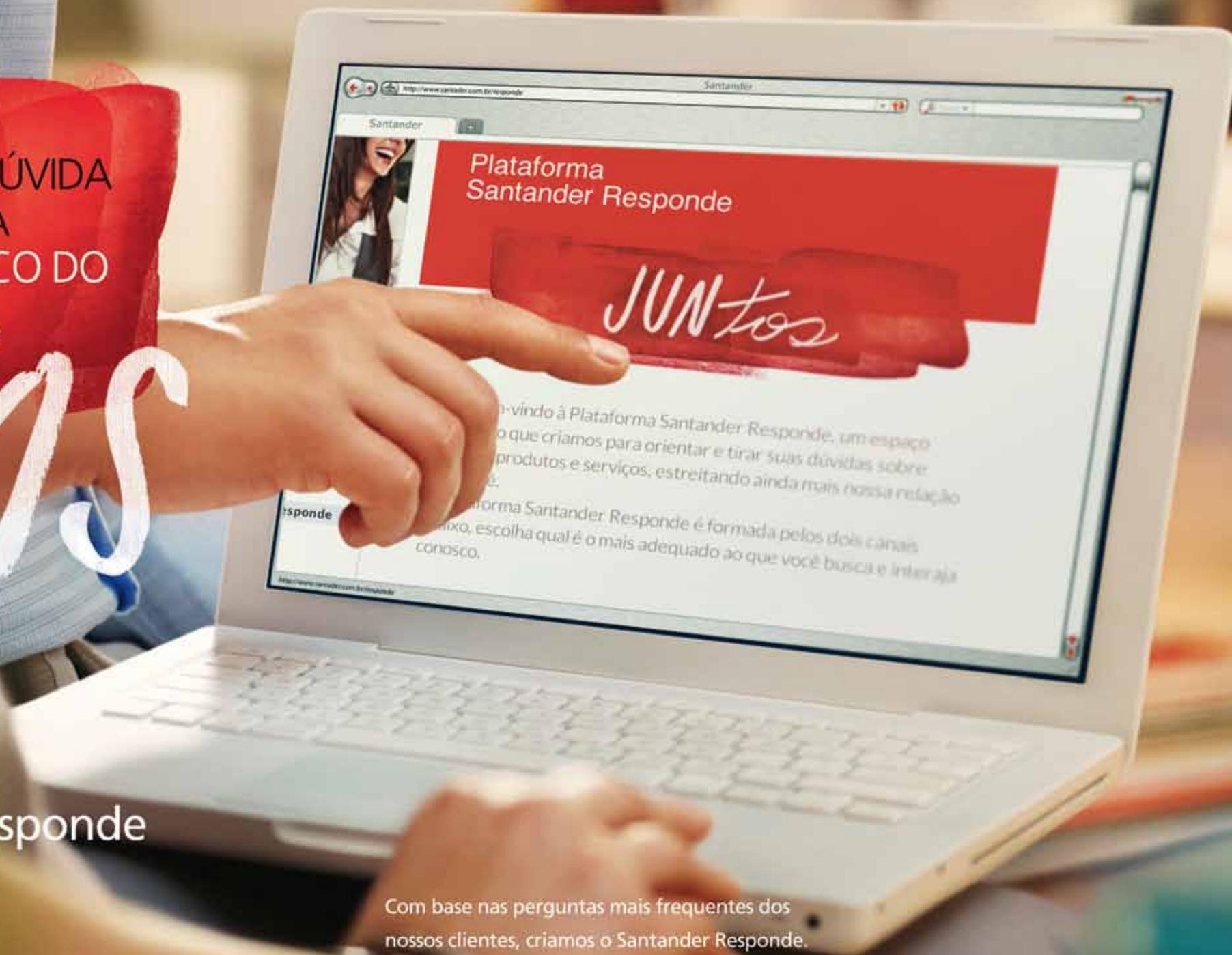
JOSÉ ELI DA VEIGA: as
desigualdades no radar

ARON BELINKY: muito além
dos Estados Nacionais

TRANSFORMAR UMA DÚVIDA
EM INFORMAÇÃO PARA
MUITOS. ESSE É O BANCO DO

JUNTOS

www.santander.com.br/responde



Com base nas perguntas mais frequentes dos nossos clientes, criamos o Santander Responde. Um canal de relacionamento onde você pode tirar dúvidas sobre produtos e serviços bancários, entendendo melhor o funcionamento deles. Quer saber como funciona o Santander Master? Tem perguntas sobre cartões de crédito? Então, acesse. Porque é usando suas críticas e sugestões a nosso favor que nós não paramos de evoluir. Tem banco. E tem o banco do juntos.

 **Santander**

VALORIZANDO IDEIAS
POR UMA VIDA MELHOR

www.santander.com.br

Conta de chegada

Se, como canta a velha canção, $1 + 1$ é sempre mais que 2, Rio + 20 é igual a quanto? Na sentença matemática global, temos um planeta Terra finito, mas infinitos arranjos possíveis de governança e gestão dos recursos naturais, sociais e políticos.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento retorna em junho de 2012, no Rio, envolta em grande peso simbólico. Marca os 20 anos da primeira Cúpula da Terra (a Eco 92), os 40 anos da primeira conferência da ONU sobre meio ambiente (em Estocolmo) e os 25 anos da publicação de *Nosso Futuro Comum*, relatório da Comissão Brundtland que contribuiu para delinear a essência do desenvolvimento sustentável.

Ainda que não se possa imaginar quais resultados sairão da Rio+20, a movimentação provocada pela conferência revela um mundo que se tornou mais do que a soma de seus países, como afirma Aron Belinky, um dos entrevistados desta edição. O mundo globalizado

se faz de combinações flexíveis, móveis e dinâmicas entre seus vários atores e instâncias, que nada lembra a divisão estática do atlas político.

Assim, a régua do sucesso de uma conferência como esta será a capacidade

de criar e fortalecer novas formas e processos de gestão – o que depende da articulação entre governo e sociedade civil, mas começando pela articulação entre os integrantes da própria sociedade. Não adianta só as nações estarem unidas.

A união será fundamental para resolver talvez a mais difícil equação: um modelo macroeconômico que compreenda o mundo físico como único e finito. É do que trata José Eli da Veiga, em entrevista também neste número. Será necessário que os ricos abram espaço ecológico para que a parcela pobre ou emergente possa se desenvolver. O resultado é simples: precisa dar 1. Mas a conta de chegada é complexa, e nisso está a beleza da sustentabilidade.

Boa leitura!



PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
SUBEDITORA Carolina Derivi
REPÓRTERES Davi Carvalho e Thaís Herrera

EDIÇÃO DE ARTE Dora Dias (Vendo Editorial)
www.vendoeditorial.com.br

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA Lucas Cruz

CONCEITO DO PROJETO GRÁFICO Rico Lins

ILUSTRAÇÕES Sírio Braz

REVISOR José Genulino Moura Ribeiro

COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo, Arthur Fujii, Edson Luciano, Fábio Rodrigues, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos de Economia Verde), Regina Scharf, Sérgio Fabris

ENSAIO FOTOGRÁFICO Marina Faria
JORNALISTA RESPONSÁVEL Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
COORDENAÇÃO Jorge Saad
CONTATO Livia Barros
(11) 3807-7084 / conexao@aiue.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

creative commons PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADEIRU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

14 ENTREVISTA I

A economia verde será mera história da carochinha se não for vista por uma lente macro, diz Eli da Veiga

20 CONTEXTO

Em meio a um cenário ambivalente, a Rio+20 conta com toda sua simbologia para gerar *momentum*

28 ARTICULAÇÃO

A nove meses da conferência, os diversos atores ainda têm um amplo espaço de conexões a explorar

34 ENTREVISTA II

Para Aron Belinky, a governança requer voz ativa da sociedade civil. Mas a esta cabe se organizar

40 RETRATO

O Rio de Janeiro não parece oferecer mistério. É dado, afeito a, predisposto, desfrutável

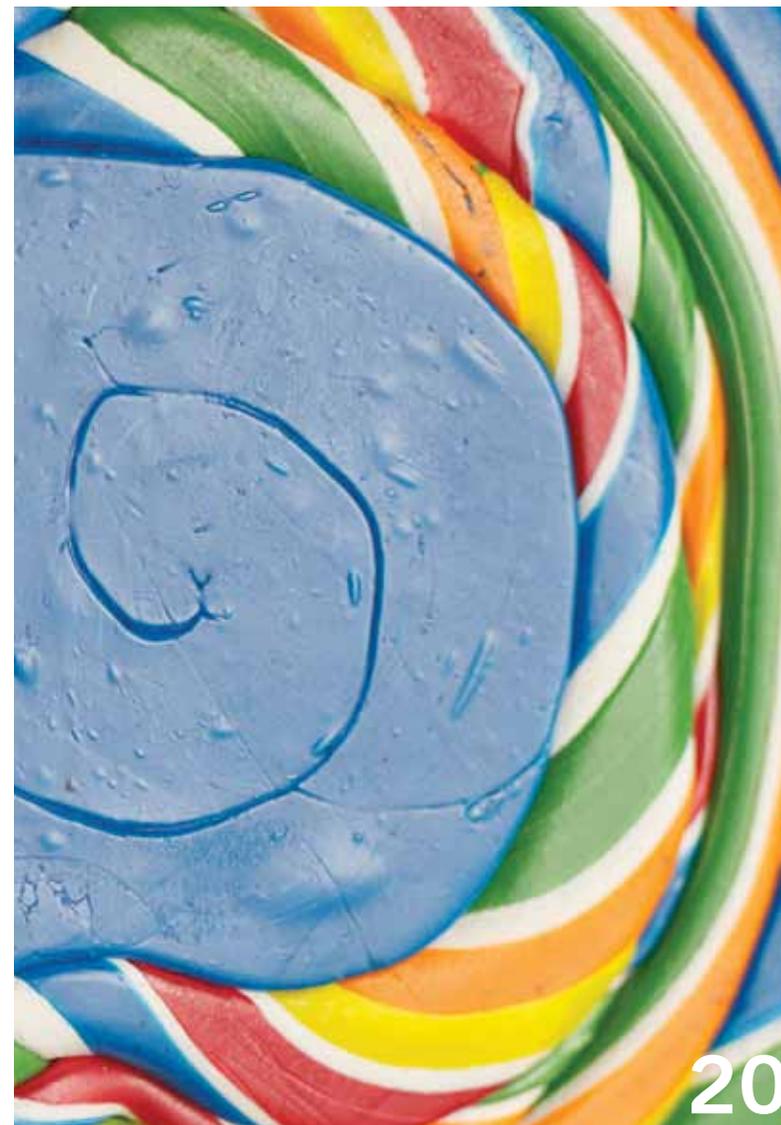
46 EMPRESAS

Para dar escala ao novo jeito de fazer negócios, o diálogo com políticas do governo será estratégico

Seções

06	Notas
08	Web e Cultura
10	Economia Verde
19	Estalo
25	Coluna
39	Perfil
50	Última

CAPA Ilustração: Sergio Fabris



Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site da PÁGINA22

INBOX

[Análise: "Rio+20+mudança social" – edição 56] Minha experiência recente em ambientes corporativos é frustrante: não é nada usual associar o tema da desigualdade ao jargão da "sustentabilidade". Desigualdade é tabu, daqueles temas pouco permitidos, "negativos". Vânia Luisa S.

[Post: "Empresa pede que consumidor não gaste" – Blog De Lá Prá Cá] Sensacional! Certamente

o lucro não é o foco, mas sim uma empresa-exemplo que todos admirem e escolham. Isso pode dar certo! Karina Berti

[Reportagem: "Marcados para Morrer" – edição 56] As pessoas precisam se ligar nisso (na obsolescência programada). Afeta nossa realidade – e nossos bolsos – direta e diariamente! Tiago Gutwein

"Cada brasileiro descarta 0,5 quilo de lixo eletrônico por ano, o que nos colocaria na triste posição de

país que mais produz esse tipo de resíduo per capita". Evidentemente, essa estatística está errada. Fui dar uma olhada na página do Phnuma, achei o estudo, e a tabela é restrita aos países emergentes. Diogo F.

OUTBOX O leitor tem razão: faltou à reportagem especificar que o Brasil lidera o ranking dos países emergentes, e não mundial. Mais uma ERRATA: em "Turbinas do PAC", edição 54, a potência de Jirau foi grafada erroneamente. Em vez de 1.750 MW, leia-se 3.750 MW.

LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22

José Genulino, revisor e chegador Mais conhecido como Pinho, é jornalista de formação e um ás da gramática na profissão. Unindo as duas pontas, tornou-se o revisor-checador que vasculha as minúcias da língua e dos fatos que aparecem aqui em PÁGINA22, desde o primeiro número. Depois de anos passados em pequenas e grandes redações brasileiras, está de malas prontas para mais uma temporada no mato, provavelmente em Goiás. Ainda bem que a internet existe e que o Pinho vai continuar nos salvando de vários deslizos!



[CÓDIGO FLORESTAL]

Agricultura familiar **dividida**

Eles produzem cerca de 70% dos alimentos no País e empregam 74,4% dos trabalhadores rurais. Não obstante, concentram boa parte dos pobres brasileiros, sobretudo em assentamentos agrários nas regiões Norte e Nordeste. O universo multifacetado da agricultura familiar é objeto de um relatório jornalístico da ONG Repórter Brasil, motivado pela celeuma em torno da proposta do novo Código Florestal.

O grupo ruralista vem apontando a agricultura familiar como principal vítima das restrições ambientais previstas no Código, e o argumento é um dos pilares do projeto costurado pelo relator na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB-SP). As conclusões da Repórter Brasil, no entanto, apontam para um cenário de apoio dividido.

A parcela que os pesquisadores chamam de “classe média” do setor, composto por principalmente por empresas familiares, estaria mais alinhada com as propostas de flexibilização das normas ambientais. A eles se unem boa parte dos assentados da reforma agrária com foco no mercado de *commodities* e margens de lucro mais achatadas.

Do outro lado estariam os movimentos sociais, como Via Campesina, e entidades apoiadoras do cultivo agroflorestal, como a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf). Mesmo com tantos contrastes, existe um consenso identificado pelos pesquisadores entre os pequenos produtores: quaisquer alterações na legislação ambiental deveriam considerar diferentes critérios e condições de cumprimento das normas para o agronegócio e a agricultura familiar. **POR CAROLINA DERIVI**



[SERVIÇOS AMBIENTAIS]

PEQUENOS MAIS VERDES

A ideia de que a proteção ambiental prejudica a produção agrária de pequena escala é contestada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no relatório *Payments for Ecosystem Services and Food Security* (disponível em fao.org).

O trabalho é um mapeamento de mais de 60 programas de pagamento por serviços ambientais (PSA) em todo o mundo e revela a eficácia desse tipo de iniciativa – que remunera o produtor rural pela manutenção de paisagens naturais – para a redução da pobreza, a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

Segundo a FAO, a implementação do PSA é especialmente recomendável no caso de pequenos produtores rurais,

porque são esses os maiores dependentes dos serviços gratuitos oferecidos pela natureza. A saber: controle de erosão, dispersão de nutrientes, purificação da água, estabilização do clima, polinização e controle de pragas, entre outros. Em contraste, “os ricos têm o necessário capital financeiro e social para acessar recursos escassos ou seus substitutos”, diz o relatório.

Entre os casos citados estão o pioneiro programa nacional de PSA da Costa Rica, vigente desde 1996. Os dados da FAO mostram uma correlação direta entre as áreas que foram preservadas ou reflorestadas e a diminuição da pobreza.

No Brasil, o governo federal lançou recentemente o programa Bolsa Verde, parte do Plano Brasil sem Miséria, que deve oferecer compensação mensal de R\$ 300

a famílias que vivem em áreas florestais. No entanto, esse assunto segue descolado do debate em torno da reforma do Código Florestal, no Senado. **(CD)**

[MOBILIDADE]

A TRANSIÇÃO DO AUTOMÓVEL

Em cidades com vendas de veículos, congestionamento e poluição do ar que não param de crescer, reduzir o número de motoristas é um desafio. Rodízio, pedágio urbano e cobrança de estacionamento em vias públicas são medidas que incentivam a migração para o transporte coletivo, mas esbarram na impopularidade. Para analisar o efeito de cada uma delas no Brasil, o Instituto de Energia e Meio Ambiente preparou o estudo *Instrumentos de Desestímulo ao uso do Transporte Individual Motorizado*.

A medida de maior eficácia ambiental e mais democrática seria a cobrança por quilômetro rodado. O imposto varia com o tipo do veículo (se mais ou menos poluente) e do ano de fabricação. As pessoas mais ricas, que em tese dirigem mais e possuem mais de um automóvel, pagariam maiores valores. A cobrança poderia ser feita junto com o licenciamento ou a renovação do seguro obrigatório de acordo com o registro da quilometragem.

Uma vez que essas medidas estão relacionadas a mais impostos, o estudo aponta que a primeira barreira encontrada no Brasil é política. O histórico de corrupção no País causa desconfiança e os políticos querem evitar esse desgaste. Ao analisar cidades como Londres, Cingapura e Hong Kong, o estudo afirma que uma forma de diminuir o descontentamento é investir no transporte público, para gerar uma migração espontânea e gradual.

Outra ação eficaz é estabelecer uma meta de redução de emissões de gás carbônico ou quilômetros de congestionamento para que os benefícios almejados fiquem claros e a população se sintam mais motivada a mudar a rotina de locomoção. O estudo está disponível em energiaambiente.org.br. **POR THAÍS HERRERO**

[OBITUÁRIO]

O legado de **Wangari Maathai**

Morreu no último dia 25, aos 71 anos, a ativista queniana Wangari Maathai, primeira mulher africana e primeira ambientalista a ganhar o Prêmio Nobel da Paz, em 2004. Trata-se da mais alta honraria em uma trajetória já repleta de pioneirismos. Wangari foi também a primeira mulher do centro-leste africano a obter um título Ph.D. e a ocupar uma cadeira de professora titular na Universidade de Nairóbi, onde lecionava Medicina Veterinária.

Seu maior legado é a organização Green Belt Movement. O que começou com um mutirão de mulheres dedicadas a plantar árvores para combater os efeitos da desertificação no Quênia, em 1977, transformou-se na maior entidade feminista-conservacionista do mundo. Hoje, milhões de árvores depois, o Green Belt Movement oferece formação em gestão, liderança e desenvolvimento de projetos a todas as mulheres participantes.

Isso significa que Wangari percebeu, antes de todo mundo, a importância de uma abordagem de gênero sobre a conservação da natureza, capaz de usar o efeito multiplicador da formação de mulheres para gerar benefícios sociais e ambientais simultaneamente. (*mais na reportagem “Natureza feminina”, na seção Estalo da edição 51*)

Graças à sua franca oposição a regimes ditatoriais no Quênia, foi presa e espancada diversas vezes, até se tornar ministra adjunta de Meio Ambiente entre 2003 e 2005. Wangari Maathai morreu de câncer e deixa três filhos e uma neta. **(CD)**



FALA, LEITOR

HISTÓRIAS E IDEIAS DE QUEM LÊ PÁGINA 22

Em 1992 ela contava 5 anos e, logicamente, ficou bem longe das discussões da Eco 92. Agora, a jovem leitora pretende fazer parte do movimento por uma Rio+20 com resultados efetivos. “Apesar de muita gente não acreditar na conferência, acredito que nós, sociedade civil, podemos fazer a pressão necessária para que surjam bons resultados”, afirma Gabriela Juns. Ativista desde a adolescência, a paulistana de 25 anos não é de entregar a batalha. “Eu acredito sempre e acho que o envolvimento das pessoas é fundamental para conseguirmos o que queremos”, defende.

Ela, ex-integrante do Greenpeace no Brasil e que participou de várias



Se você deseja participar desta seção, escreva para LEITOR@pagina22.com.br e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com Gabriela Juns, escreva para gabriela.juns@gmail.com

manifestações, gosta mesmo é de trabalhar nos bastidores, na sustentação das atividades de frente de mobilização. O último grande desafio foi participar da campanha de Marina Silva à Presidência da República, em 2010, quando ofereceu sua experiência como *designer* gráfica ao movimento que levava o nome da candidata. Ao final da campanha, voltou a trabalhar na criação de um curso de ativismo, em São Paulo, que hoje já conta com 75 alunos. (*mais em nota “Ativismo se aprende em aula?”, na edição 55*)

Seu próximo *front* será no Rio de Janeiro, em junho de 2012. As decepções recentes nas últimas COPs não abalaram a confiança de Gabriela na conferência das Nações Unidas. Mas a ativista acredita que o

sucesso do evento ou a construção de proposições interessantes ao final encontro deve ser, fundamentalmente, incentivar e dar apoio a iniciativas de mobilização paralelas à programação formal. “Não devemos ficar presos à agenda oficial, senão corremos o risco de nos decepcionar novamente”, justifica.

A seu ver, o cenário em 1992 era mais propício a mudanças. “Havia muito otimismo. Dava para fazer metas e planos, mas hoje a desilusão tomou conta de muita gente.” Nem por isso deve-se dar à conferência por perdida antes mesmo de começar. “Sou jovem e acredito que sempre dá, juntando forças e mobilizando as pessoas.” **POR DAVI CARVALHO**

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

Movimentos de longa data

O ano de 2011 é um marco para quatro grandes organizações não governamentais que comemoram o amadurecimento de suas trajetórias em aniversários “redondos”. O WWF Internacional faz 50 anos, o Greenpeace Internacional e a Amigos da Terra comemoram 40 e a SOS Mata Atlântica, 25. Um histórico mais longo significa acúmulo de vitórias, responsabilidades e maior visibilidade. O Greenpeace, por exemplo, nasceu da ação de um grupo de 12 ecologistas (foto), considerados na época malucos e idealistas e, hoje, agrega mais de 3 milhões de colaboradores pelo mundo.

São histórias que acompanharam a consolidação da democracia no Brasil e da pauta da sustentabilidade nas agendas internacionais (principalmente depois da Eco 92) e o surgimento de milhares de outras ONGs dos mais variados interesses.

PÁGINA22 propôs-se a descobrir o que está por trás das lutas dessas ONGs, o que mudou nesse tempo e os novos desafios. Para Belloyanis Monteiro, coordenador de voluntariado da SOS Mata Atlântica, o maior ganho foi a aproximação do movimento social com o ecológico. Prova disso é a frequência do termo “socioambiental” entre os ONGueiros.

Ao mesmo tempo, diz Monteiro, as organizações estão mais desarticuladas devido a seus interesses pontuais, como a luta pelo mar, pelo fim da energia nuclear ou espécies de animais. Faltaria uma maior aproximação entre elas por

uma causa maior. Já para Fernando Campos Costa, vice-presidente do Núcleo Amigos da Terra, é preciso tomar cuidado com o “ambientalismo de mercado” que quer se apropriar da sensibilidade da sociedade na causa verde sem ter ações efetivas. Leia a reportagem completa acompanhada de uma galeria de fotos históricas das organizações em fgv.br/ces/pagina22.



CHOQUE DE REALIDADE

Al Gore não se cansa de pregar sobre os males do aquecimento global. Seu novo projeto, o “24 horas de Realidade”, aconteceu em setembro quando vídeos produzidos em 24 países foram transmitidos no site climateralityproject.org, durante um dia inteiro. Por

meio de imagens, gráficos e debates, representantes de cada nação abordaram os impactos que o aumento da temperatura da Terra está causando em cada localidade. Também deram exemplos de boas ações voltadas para minimizar o aquecimento, como forma de inspirar novas mobilizações. Mais de 8,6 milhões de pessoas acompanharam as apresentações. Para continuar disseminando as informações, o site permite contatar articuladores dos países participantes e organizar palestras

e debates locais usando os vídeos e debates gravados.

DONOS DO MUNDO

O que você faria se governasse o mundo? A pergunta parece uma brincadeira, mas, se você respondê-la na página do *If we ran the world*, descobrirá que há muitas pessoas com os mesmos desejos – muitas delas colocando (ou pelo menos tentando colocar) a ideia em prática. O site ifwerantheworld.com tem como objetivo levar ao mundo real

as boas intenções que, muitas vezes, ficam só no plano do imaginário. Vale tudo, de ambientalismo à educação e até a adoção de animais de rua. Um exemplo: se, no comando do planeta, sua meta é mobilizar mais jovens a fazer trabalho voluntário, o site vai apresentar um projeto de plataforma on-line no qual as pessoas se cadastram e apresentam seus interesses para descobrir oportunidades. Em contato com as “microações”, você se articula, promove ou faz doações.

VALE O CLICK

EX-EX-CARNÍVORO

Como todo “ex”, Rhys Southan guarda frustrações dos nove anos em que seguiu a dieta vegana. Em seu polêmico blog “Let them eat meat”, entrevista tanto ex-veganos quanto atuais militantes da dieta e escreve textos cheios de argumentos. Assim, consegue explorar o veganismo, suas éticas, tabus e, principalmente, os problemas de saúde que podem ser desencadeados. Ele voltou a comer carnes e laticínios porque, depois de todo o esforço para respeitar os animais, deu-se conta de que estava fraco e doente. (letthemeatmeat.com)

NATUREZA ON-LINE

A nova versão da *Enciclopédia da Vida* (EOL, em inglês) catalogou dados de 700 mil espécies da natureza, que estão disponíveis em eol.org. Isso significa um terço das espécies conhecidas pela ciência em vídeos, fotos, sons e informações que satisfazem os interesses tanto de estudantes quanto de cientistas. Os internautas podem criar comunidades para compartilhamento de dados, mas tudo o que é postado lá passa pela certificação de pesquisadores e ganha um selo de garantia de veracidade.

COLETIVOS SIEMENS

A empresa de eletrônicos Siemens criou duas comunidades para agregar especialistas em sustentabilidade e promover a difusão de informação: o *Sustainable Cities Collective* – para profissionais de planejamento urbano, cidades sustentáveis e economia verde – e o *The Energy Collective*, voltado para o desenvolvimento de energias renováveis. As comunidades são abastecidas com artigos, notícias e discussões dos próprios membros. Acesse em theenergycollective.com e sustainablecitiescollective.com

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

Queremos Miles

A exposição em homenagem a Miles Davis chega ao Sesc Pinheiros, em São Paulo, a partir de 19 de outubro. PÁGINA22 esteve, antes, no Centro Cultural Banco do Brasil carioca para conferir a mostra internacional que reconstitui a trajetória do artista em música e imagens.

Nascido em 1926, Miles Dewey Davis Jr. revolucionou o jazz, refinando as diversas etapas de transformação do gênero ao longo da segunda metade do século. Morreu envolto na lenda que ele próprio construiu e alimentou há exatos 20 anos. Concebida pela Cité de la Musique de Paris, e organizada com o apoio da família e dos gestores da obra do artista, a exposição *Queremos Miles – Miles Davis, lenda do jazz* traça o percurso desde a cidade de sua infância, East St. Louis, Illinois, até os últimos anos, com fama planetária.

A superprodução é dividida em oito sequências temáticas, com documentos, objetos e os deliciosos flagrantes em estúdio – com Herbie Hancock, Charlie Parker, John Coltrane e Wayne Shorter, entre outros. Um sistema cenográfico original permite a fruição da música de Miles Davis em suas diversas fases. Em seis instalações batizadas de surdinas, você pode sentar-se e apreciar a beleza e a loucura da lenda.



BANDÃO PARA TODOS

Misture ar livre, despreensão, sábado de manhã, empenho, satisfação, Pedra da Gávea e música. Ai está o Bandão da Escola Portátil de Música, no Rio de Janeiro. Um ensaio aberto que se tornou o melhor programa grátis do sábado depois de um boca a boca charmoso. O evento se dá em um palco natural, na encosta da Pedra da Gávea, dentro da Universidade Federal do Rio. Comparece quem quer, entre os alunos da Escola, que ali executam clássicos da música brasileira. O grupo é curioso, muitas faixas etárias, formações

distintas, em comum a paixão pela música, algumas vezes exercitada já na terceira idade.

A Escola Portátil foi criada em 2000 com cerca de 50 alunos na Sala Funarte, e agora são mil alunos de flauta, clarinete, saxofone, trompete, violão, cavaquinho e vários outros instrumentos, além de teoria musical, harmonia, arranjo, uma oferta para democratizar o ensino da música. O custo é subsidiado pela UniRio, há bolsas integrais e as inscrições são abertas sempre em dezembro para o ano letivo seguinte. O ensaio do Bandão é livre e irrestrito.

FLAGRANTES DO TEMPO

O livro *Flagrantes do Tempo – Poema-reportagem na Pauliceia*, de Luciana Tonelli, traz andanças por São Paulo dessa mineira que viu “atrás do morro” e nos conta em fôlego potente e rebelde suas impressões sobre a falta de tempo, nosso drama diário primordial, e a lógica do *modus operandi* pós-moderno, da qual a capital paulista é ícone. Seus apontamentos no Metrô são pílulas críticas e bem-humoradas dos dispositivos tão inerentes a cada um que um respiro fora do esquema já soa alívio. As personagens femininas no limite da lucidez/loucura

recebem uma homenagem vigorosa. Os poemamentos são uma beleza, dá vontade de pregar na parede de casa como um lembrete do que vale a pena.

O projeto do livro nasceu do seu mal-estar com os ritmos do mundo, conta Luciana na apresentação. “Os poemas nascem na dureza do kronos que estamos mergulhados em contraposição ao tempo *kairos*, da fruição e da viagem.” Mais informações em editorapeiropolis.com.br (leia sobre kronos e kairos na reportagem “Ser de Fronteira”, edição 38)



Prêmio Verde para a fotografia

O fotógrafo de natureza Fabio Colombini, 46, recebeu o Prêmio Verde das Américas 2011 por sua contribuição ao desenvolvimento e a preservação ambiental. Esta é a primeira vez que um fotógrafo recebe o prêmio, com foco na educação, arte e cultura.

“A fotografia de natureza é um trabalho que exige muitos esforços e nasce do amor pela natureza. E quem vê uma imagem dessas – rápida na comunicação – desenvolve esse amor também, o que é fundamental para mudança de pensamento e base de qualquer movimento de preservação”, diz Colombini, com 25 anos dedicados ao trabalho. Suas fotos ilustram mais de 3.500 livros, calendários, guias, revistas nacionais e estrangeiras, além de constarem dos acervos do Instituto Moreira Salles e do Instituto Itaú Cultural.

Para dar um retorno : Governo e empresas começam a desenhar, na prática, modelos de logística reversa GISELE NEULS

Muitos brasileiros trocaram suas lâmpadas incandescentes pelas fluorescentes durante e depois da intensa campanha por redução no consumo de energia depois do racionamento no início dos anos 2000. Mas a desejada economia veio acompanhada de uma complicação: recheadas de materiais como vapor de mercúrio, elas não deveriam ser jogadas no lixo, como vem ocorrendo. A logística reversa, solução para o problema, já está em curso nos Estados Unidos, na Europa e no Japão e foi adotada oficialmente pelo Brasil na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em agosto de 2010 pela Lei nº 12.305.

Na logística reversa, indústria, comércio e consumidores são corresponsáveis pelo recolhimento de produtos e equipamentos usados, que normalmente são descartados no lixo comum. Cabe ao consumidor devolver o material usado ao comércio. Daí os produtos são coletados pelas empresas que os fabricaram, sendo reaproveitados, reciclados ou remetidos a aterros seguros, quando se trata de materiais sem tecnologia de reúso ou reciclagem.

A cadeia de lâmpadas é uma das seis prioritárias, segundo a lei, e, também, uma das que mais avançaram na discussão dos grupos setoriais criados em maio pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), para definir como a logística reversa será implementada. Já existem diversas empresas de reciclagem e descontaminação de lâmpadas fluorescentes. O problema maior, no entanto, é o custo.

Por ser produto frágil, o serviço de logística reversa pode custar tanto ou mais do que a própria lâmpada. Segundo o diretor-técnico da Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux), Isac Roizenblatt, o custo final dependerá do desenho da estrutura de processamento e descarte que for aprovada no acordo setorial. A Abilux propõe esquema mais enxuto e centralizado, com a criação de uma única gestora de resíduos, independente e sem fins lucrativos, para gerenciar coleta, transbordo e reciclagem.

“O sucesso da logística reversa dependerá da criação de um único plano nacional setorial, ou seja, de que não haja diferentes legislações estaduais ou municipais, e que seja sustentável economicamente”, aponta Roizenblatt. A proposta do setor é aplicar a novidade primeiramente em cidades com mais de 1 milhão de habitantes e expandi-la gradualmente para as de menor porte.

Outra cadeia que apresenta avanços é a de óleos lubrificantes, cuja logística reversa é obrigatória desde 2005 por determinação de resolução daquele ano

do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Entretanto, a resolução não trata das embalagens, aspecto incluído na PNRS. Para estas, a estratégia centra-se na coleta em postos de combustíveis e concessionárias de veículos, com modelo inspirado no programa “Jogue Limpo”, desenvolvido voluntariamente no Sul e parte do Sudeste desde 2007 pelo Sindicato



Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom). As oficinas mecânicas, mercado muito capilarizado, ficarão de fora do acordo setorial em um primeiro momento.

O presidente do Sindicato Interestadual das Indústrias Misturadoras, Envasilhadoras de Produtos Derivados de Petróleo (Simepetro), Carlos Abud Ristum, diz que o custo com a coleta das embalagens será apurado caso a caso e dificilmente será repassado aos consumidores. “As empresas tentarão absorvê-lo, pois a forte concorrência não deixa espaço para aumento de preços.”

Mais quatro cadeias de produtos, incluindo suas embalagens, são prioritárias na PNRS: agrotóxicos, pilhas e baterias, eletrônicos e pneus. De todos, a cadeia dos agrotóxicos é a mais avançada, pois em 2000 a Lei nº 9.974 tornou a indústria e o varejo responsáveis pela destinação das embalagens devolvidas pelos usuários. A logística reversa de pilhas e baterias também já fora

criada antes da PNRS, por resolução do Conama de 2008. Porém, o cenário dessa cadeia é mais complicado, devido ao alto volume de pilhas clandestinas no mercado. Hoje, as recicladoras de pilhas operam abaixo de sua capacidade, como mostramos em reportagem publicada em maio nesta seção, intitulada “Duas faces das pilhas”.

Segundo a gerente de Resíduos Perigosos do MMA, Zilda Veloso, as cadeias de produtos eletroeletrônicos e embalagens em geral são bem mais complexas. Por isso, assinala, as discussões nos Grupos de Trabalho dessas duas cadeias levarão mais tempo. Para destravar o trabalho, o grupo de eletrônicos o dividiu em famílias de equipamentos, uma vez que geladeiras e computadores, por exemplo, diferem tanto na estratégia de recolhimento quanto na tecnologia de reciclagem. O mesmo acontece com o de embalagens em geral, que está discutindo uma classificação em tipos para depois definir as estratégias específicas.

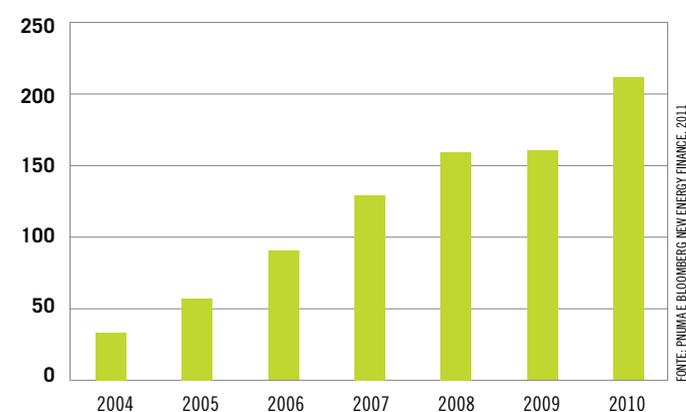
Energia renovável em ascensão

A China liderou os investimentos em 2010 GISELE NEULS

Passados os efeitos mais agudos da crise financeira internacional de 2008 e 2009, os investimentos em novos negócios de energia “verde” voltaram a crescer de maneira robusta, chegando a US\$ 211 bilhões em 2010. A tendência é acompanhada desde 2004 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e mostra que o crescimento é cada vez mais orientado para as grandes economias emergentes. Em 2010, a China atraiu o maior volume de novos investimentos pelo segundo ano consecutivo, com US\$ 49 bilhões, quase um quarto do volume global no ano.

A Índia recebeu US\$ 3,8 bilhões de novos investimentos, um crescimento de quase 25% em relação a 2009. No Brasil, por outro lado, o total de novos aportes caiu 5%, para US\$ 6,9

NOVOS INVESTIMENTOS EM ENERGIA RENOVÁVEL (EM US\$ BILHÕES)



FONTE: PNUMA E BLOOMBERG NEW ENERGY FINANCE, 2011
ELABORAÇÃO: PLANET2

bilhões. Segundo o relatório do Pnuma, a queda ocorreu porque o Brasil optou por consolidar o setor de biocombustíveis em vez de investir em novas fontes. A América Central e a América do Sul registram expressivo incremento de 39%, com US\$ 13,1 bilhões em novos investimentos no ano passado. O estudo considera como

energia renovável a biomassa, os biocombustíveis e as fontes geotérmica, marinha e eólica superior a 1 megawatt (MW), hidrelétrica entre 0,5 e 50 MW e solar acima de 0,3 MW. O relatório *Tendências Globais de Investimentos em Energias Renováveis* está disponível em inglês em fs-unep-centre.org/publications.

Ilha de eficiência

O rendimento dos motores elétricos brasileiros já é tão alto quanto os exigidos no Canadá, nos EUA e na Europa **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

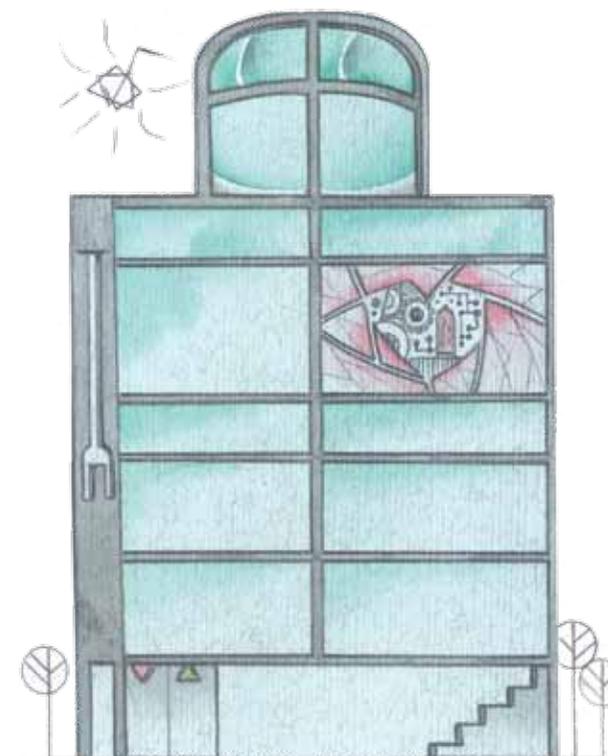
O Brasil já produz e importa motores elétricos tão eficientes no consumo de energia quanto os fabricados em países mais avançados no tema, como Alemanha, Estados Unidos e Canadá. Graças ao Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), os fabricantes e importadores de motores elétricos foram obrigados a partir de dezembro de 2009 a seguir normas de eficiência tão rigorosas quanto as que a União Europeia passou a exigir de suas empresas apenas em junho último.

O resultado da política compulsória foi um considerável incremento de 2% a 15% no rendimento dos motores elétricos à venda no País. Segundo especialistas, são ganhos muito significativos, a se levar em conta que o motor elétrico é normalmente muito mais eficiente que o de combustão interna utilizado nos carros. O Departamento de Energia dos EUA calcula que somente 14% a 26% da energia da gasolina transformam-se em energia mecânica, que move o automóvel, revelando enorme desperdício nesse tipo de motor. Além do mais, o motor elétrico representa em torno de 50% do consumo de energia elétrica na indústria, o que faz dele foco estratégico em qualquer programa público e privado de eficiência energética.

A Weg e a Voges, maiores fabricantes de motores elétricos no Brasil e na América Latina, já estudam como atender aos padrões mais rigorosos de eficiência que vigorarão a partir de 2015 na Europa, mercado fundamental para a indústria brasileira. “Se houver encomenda, temos como produzir hoje motores que atendam aos padrões europeus para 2015”, declara Thiago Furtado Couto, analista de projetos da Weg, sediada em Jaraguá do Sul (SC). “Em tecnologia, o Brasil não perde em nada para os centros industriais mais eficientes do mundo no setor de motores elétricos”, comemora Renato Reck, gerente de engenharia da Voges, de Caxias do Sul (RS).

Além da demanda externa cada vez mais exigente, governo e setor privado concordam que o principal empurrão de eficiência no setor foi dado pela lei da eficiência energética, promulgada em outubro de 2001 (Lei nº 10.295). Ela determinou a definição de limites máximos de consumo de energia para máquinas e aparelhos, iniciando uma fase de padrões compulsórios no PBE, ao lado das então existentes normas voluntárias.

Como o sistema eleitoral e a declaração eletrônica do imposto de renda, o PBE é mais um notável caso de sucesso do Brasil. O programa foi iniciado em 1984 com os selos voluntários atestando o consumo



de energia dos refrigeradores (selo Procel). Em decorrência da lei de 2001, foram definidos limites máximos de consumo energético para seis famílias de produtos: motores elétricos de indução trifásicos, lâmpadas fluorescentes compactas, refrigeradores e congeladores, condicionadores de ar, fornos e fogões a gás e aquecedores de água a gás. No caso dos motores, os limites foram estabelecidos em dezembro de 2002 a fim de que o setor tivesse tempo para desenvolver motores mais eficientes.

“A demanda da indústria e dos consumidores tem crescido a ponto de termos ampliado a carteira do PBE de 26 para mais de 40 famílias de produtos e equipamentos nos últimos dois anos”, observa Marcos Borges, coordenador do programa. Desde sua criação, as iniciativas voluntárias e compulsórias do PBE resultaram em economia próxima a R\$ 2,4 bilhões em gastos nas contas de energia.

Para Carlos Rittl, coordenador de mudanças climáticas e energia do WWF-Brasil, a etiquetagem é extremamente relevante, “porque o consumidor precisa saber quanto consome e qual a pegada ecológica do produto. Mas também tem de ser integrada a outras políticas de incentivo à produção e ao consumo de produtos que utilizam menos energia.” (COLABOROU DAVI CARVALHO)

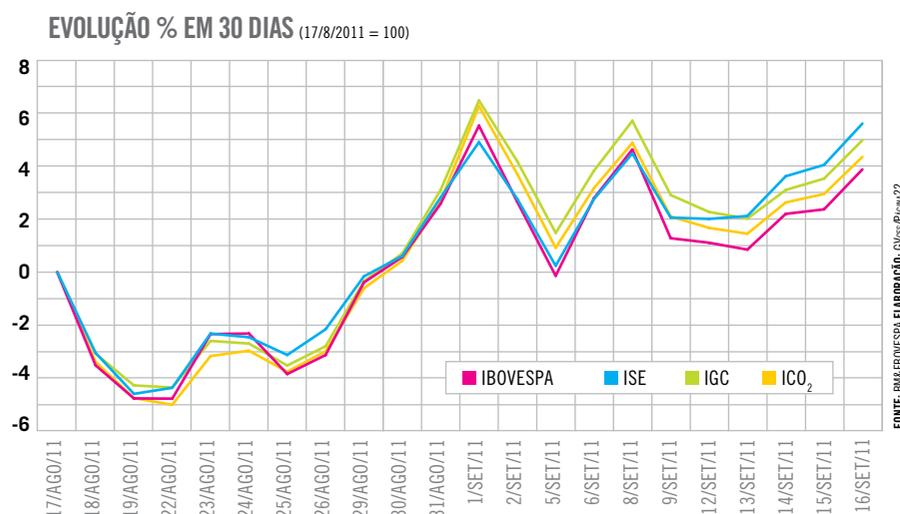
Ainda sob efeito da crise

A crise que derrubou os mercados em agosto continuou afetando os índices de sustentabilidade da BM&FBovespa ao longo de setembro. Mais que os problemas econômicos dos Estados Unidos – agravados em agosto quando o presidente Barak Obama tornou-se refém dos republicanos no episódio do aumento do limite de endividamento do país –, foi a Europa que empurrou os mercados de capitais ladeira abaixo no mês passado.

Embora a vantagem dos índices de sustentabilidade empresarial (ISE), carbono (CO₂) e governança corporativa (IGC) seja folgada no acumulado de doze meses, sua evolução desde agosto mostra estreitamento acentuado dessa dianteira.

Nos 30 dias encerrados em 16 de setembro, as variações dos três índices de sustentabilidade – 5,61%, 4,35% e 4,98%, respectivamente – superaram a alta de 3,88% do Ibovespa.

Já as oscilações nos 12 meses encerrados



em agosto mantêm razoável distância – enquanto o Ibovespa declinou 13,28%, o ISE fechou o período próximo de zero (0,07%), mas com diferença de quase 13 pontos percentuais sobre o principal parâmetro da bolsa paulista. (JAGP)

ENTREVISTA HUGO PENTEADO

COMO TURBINAR OS INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS NO BRASIL

Enquanto nos Estados Unidos a participação dos investimentos socioambientalmente responsáveis (ISR) beira os 12% do total das carteiras de renda fixa e variável, no Brasil, nem há estatísticas sobre o assunto. Desde 1997 como economista-chefe do Santander Asset Management, Hugo Penteado agregou a seus afazeres em junho a área de ISR. Sua missão é aumentar substancialmente a proporção de investimentos responsáveis na carteira da empresa, hoje calculados em no máximo 3%. Penteado indica que os fundos de renda fixa também passam a fazer parte da estratégia de ISR do Santander. (JAGP)

O Santander resolveu aplicar critérios socioambientais na alocação de recursos para seus fundos convencionais, além dos fundos especializados em sustentabilidade. Valerão para os convencionais os critérios usados hoje nos fundos socioambientais de renda variável?

Queremos que todos os gestores de ativos e analistas de ações conheçam os critérios de investimento responsável que foram usados na avaliação das empresas que pertencem a ambos os portfólios – fundos de ações tradicionais e fundos de ações ISR. No caso do Fundo Ethical do Santander, usamos metodologia própria

criada em 2001, que tem total transparência nos seus critérios. Ele foi o primeiro fundo de ISR dos mercados emergentes.

Como é definida a carteira do Ethical? As empresas respondem questionários de maneira voluntária?

Os questionários são respondidos por nós a partir de informações públicas das empresas. O objetivo principal é que a companhia seja transparente. Os PRI (*Princípios para o Investimento Responsável, na sigla em inglês, declaração disponível em unpri.org*) procuram tornar as empresas transparentes nessas informações. Como no Brasil nem sempre as informações são satisfatórias, a gente também entra em contato com a empresa depois de ter as informações públicas absorvidas.

O Brasil está muito abaixo da média da Europa e dos EUA no que se refere aos investimentos socioambientalmente responsáveis (ISR)?

Não há no país estatísticas sobre o volume de investimentos responsáveis. Aqui na área de ISR do Santander Asset Management a proporção dos investimentos é muito pequena, de 2% a 3% apenas. O objetivo no mundo todo é ampliar a abordagem de investimentos

responsáveis para o máximo possível de modalidades de aplicação de aportes. Como o Brasil tem uma característica de investimentos em renda fixa, a ideia é incorporar esse conceito também nessa modalidade.

O que fazer para os ISR deslançarem no País?

Temos de uniformizar as metodologias de análise das empresas e que elas sejam validadas por organismos externos às firmas de investimento. Imagina que sou produtor de tomate e chego a um supermercado dizendo que meu tomate é orgânico. Quem decidiu que ele é orgânico? Eu? O mesmo vale nos ISR. Não posso decidir que meu fundo tem um critério que criei e que ele seria sustentável com base nessa norma.

Isso dificulta a decisão do investidor na escolha do fundo que receberá seus recursos?

O ideal seria ter uma uniformização do mercado. Dessa forma, o investidor olharia mais para o melhor desempenho com a clareza de que os critérios de avaliação das empresas estão sendo seguidos de forma correta por todos, porque têm validação externa. Isso é um desafio.

A ENTREVISTA CONTINUA. LEIA A VERSÃO COMPLETA EM FGV.BR/CES/PAGINA22



Professor da Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP e do mestrado profissional em sustentabilidade do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), é colunista de PÁGINA22

A questão é macro

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO ARTHUR FUJII

A economia verde não passará de mais uma história da carochinha se não for olhada através de uma lente “macro”. É com estes termos que o professor da FEA-USP José Eli da Veiga alerta para o que chama de armadilha da Rio+20: a ilusão de que basta migrar do crescimento marrom, poluente, para o crescimento verde que os nossos problemas estarão resolvidos. “Não”, frisa ele. A reforma necessária é estrutural e vai no coração do modelo macroeconômico sobre o qual o capitalismo moderno foi construído. E que fez do consumo o motor de tudo, inclusive da estabilidade social.

Essa mudança profunda implica desvincular a prosperidade do crescimento nos países ricos, fenômeno necessário para abrir espaço ecológico aos demais países para que estes possam crescer e se desenvolver com qualidade. Também requer enfrentar com coragem o problema das desigualdades. Não se trata de mera inclusão social, nem de encarar a questão apenas pelo ponto de vista do compromisso ético, como se fez até agora. Na visão de Eli da Veiga, o combate às disparidades, tanto em nível internacional como dentro de cada nação, tornou-se condição fundamental na transição para a “prosperidade sem crescimento,” sem a qual nenhuma equação vai fechar.

Em artigo recente publicado na *Folha de S.Paulo*, o senhor afirmou que o termo “economia verde” tem sido usado pelo establishment como eufemismo para “crescimento verde”. Que discussão fundamental sobre economia verde deve ser feita, em especial neste momento que antecede a Rio+20?

O uso dessa expressão, “economia verde”, não pode encobrir o fato de que não existe solução se os países que já atingiram um grau bem alto de desenvolvimento não começarem a encarar a transição para a prosperidade sem crescimento. É o que Herman Daly chamou de *steady state* (*estado estacionário*), no qual a sociedade continua melhorando sem aumentar a sua pegada ecológica, sem que o tal do “transumo” aumente.

O que é o transumo?

É o que em inglês chamam de *throughput*. Em economia, a gente só fala de *input* e *output*, ou seja, insumo e produto. Mas, para usar insumos e transformá-los em produtos, vocês está usando matéria e energia. Tem um fluxo de matéria e energia nessa transformação que não pode ser ignorado. E há um limite para esse fluxo aumentar, que é justamente a natureza. O surgimento da expressão “prosperidade sem crescimento” (*que dá título a livro de Tim Jackson*) facilitou um pouco esse entendimento. Nós poderíamos encarar a ideia de que as sociedades já muito avançadas, para continuar a prosperar, não precisam continuar obcecadas pelo crescimento.

No caso de um país emergente como o Brasil, essa ideia tem cabimento?

Não seria o nosso papel. O que está em jogo no plano internacional é que, se esses países começarem a planejar isso, abrirão espaço ecológico para os que precisam crescer. Mesmo aqueles países não vão parar de crescer. Algumas coisas iriam decrescer e outras continuariam crescendo. Por exemplo, não tem problema nenhum que cresçam atividades que praticamente não usam recursos naturais, como educação. Que países poderiam encarar essa discussão? Basicamente os escandinavos, onde a população não cresce mais, está diminuindo, não tem pobreza... São países que, para continuar crescendo, quase precisam inventar novas “necessidades” de consumo.

Esses países se opõem à ideia de prosperidade sem crescimento? Quem é que se opõe?

Pelo que sei, poucos desses países têm um debate público sobre o tema. Depois que saiu esse livro do Tim Jackson, em alguns países isso está sendo discutido, como a Áustria. São *think tanks*, reuniões públicas. Não estou supondo que a Rio+20 tenha de ter concordância com essa tese, porque nem sequer quem propõe a ideia tem uma segurança concreta de que é factível. Tem um trabalho sobre o caso do Canadá, em que se calculou se daria para fazer isso. Foi feito um modelo de 15 anos, mostrando que todos os resultados seriam melhores nesse prazo. Mas não é suficiente para convencer ninguém de

que dará certo. O próprio Tim Jackson insiste em que o crescimento tem uma função de estabilidade social muito grande.

Um relatório recente do Departamento Econômico e Social da ONU – *The Great Green Technological Transformation*, para o qual o Tim Jackson foi convidado para escrever um *paper* – é um dos poucos a entrar nessa discussão. Eles falam assim: tudo indica que o desenvolvimento humano não se altera depois de um determinado nível de energia. Então, a gente teria de estabelecer que nenhum país ultrapassasse determinado nível *per capita*.

Este é o debate que interessa sobre economia verde, apesar de ainda haver incertezas sobre essa ideia?

É. O que não dá é para negar a existência do seguinte dilema: sustentabilidade vai depender do quanto os países que atingiram alto nível de desenvolvimento vão encarar a prosperidade sem crescimento. O perigo que estou vendo, que chega a me irritar, é que estão querendo nos vender outra coisa com a expressão “economia verde”: a crença de que você pode fazer o chamado descolamento, ou seja, de que pode continuar crescendo desde que reduza a parcela dos recursos naturais – materiais e energéticos – contida em cada unidade do PIB. Desde as crises do petróleo houve uma redução muito significativa no consumo de energia por unidade – isto é, um aumento de eficiência energética –, e também uma redução da intensidade de carbono. O quanto você emite por unidade caiu. Mas, como a população continua aumentando e passa a haver um consumo que não tinha antes, as emissões estão subindo. No número anterior da revista vocês falaram sobre isso.

Sim, uma reportagem sobre o efeito ricochete (edição 55).

Independentemente do efeito ricochete, que chamo de efeito bumerangue, o simples fato de que a população continua a aumentar e cada vez mais existir acesso a consumo – ainda bem, porque 80% da população consome muito pouco, perto dos 20% que ultraconsomem – significa que o tal descolamento relativo não leva a sustentabilidade nenhuma. Só que eles estão querendo dizer que economia verde é isso, porque acreditam nisso, ou fingem que acreditam.

“Eles” quem são exatamente?

Muita gente. Uma fonte que uso é o relatório sobre crescimento do Banco Mundial, o *Relatório Spence*, que é um Prêmio Nobel (*Michael Spence*). Participou um monte de gente, inclusive o (*Edmar*) Bacha. Tem uns dez ou doze autores. Uma forma de ser otimista em relação à sustentabilidade é resumir o problema todo à questão da ecoeficiência, com uma excessiva confiança na tecnologia. Mas, até onde a gente pode ver, usamos em um ano o que a natureza leva um ano e meio para renovar. O ponto básico é o seguinte: a discussão sobre economia verde não pode ignorar a existência do dilema, mesmo que a gente ainda não tenha condição de ter uma resposta aceitável dos países que poderiam entrar nessa.

Agora, há uma questão importante. Quando se começa a ver como seria isso, esbarra-se em um ponto sério, que é o da desigualdade. Os Brics estão em situação diferente, mas tem uns 100 países no mundo que estão na miséria e não conseguem sair disso. Não seria correto, em nome da sustentabilidade, que houvesse redução

do consumo ou pelo menos estabilização do consumo, e que eles inclusive se encarregassem de contribuir de fato para que os 100 países que estão na merda, digamos assim, conseguissem se virar?

Essa discussão sobre o dilema, que estamos tendo aqui nesta salinha, em que nível ela acontece fora daqui? Está ganhando corpo em algum lugar?

O debate público – que é muito intelectual – sobre o dilema que leva a uma tese de prosperidade sem crescimento ou a uma tese mais radical sobre decrescimento, esse debate é muito europeu. Na França é muito intenso, aparece nos jornais, e, no plano político, permitiu inclusive à direita esculhambiar o pessoal que fala sobre isso. O jornal britânico *The Independent* também esculhambou, na época da crise. Além disso, foram feitos dois encontros internacionais de pesquisadores, muito puxado pelo pessoal de Barcelona, entre o qual o Joan Martínez Alier. Na França tem um jornal com o nome *La Décroissance (O Decrescimento)* e tem uma revista que chama *Entropia*. O número de livros sobre esse assunto é incrível. Na Áustria, que é um país parecido com os escandinavos, houve um encontro muito importante puxado por uma instituição ligada ao Partido Social Democrata. São esses os países que podem puxar essa discussão. Não é nem para os Estados Unidos, que têm 15% de pobres.

E como essa discussão se situa no Brasil, que nem é africano nem escandinavo?

O tema para nós é a *qualidade* do crescimento. Aqui, não se trata de discutir se é o caso de crescer ou não, o crescimento é necessário, até para dar conta da pobreza.

E enfrentar a desigualdade, inclusive.

A desigualdade é a grande questão. A possibilidade de uma transição ao estado estacionário e à prosperidade sem crescimento depende de uma radical redistribuição.

Por quê?

A macroeconomia, do jeito que funciona hoje, depende do aumento do consumo. Do mesmo jeito que alguns países, no plano internacional, terão de reduzir seu crescimento para abrir espaço ecológico para que outros possam crescer, dentro de um país vale a mesma coisa. Então, não dá para encarar essa transição sem resolver o problema da desigualdade. A questão é que todo mundo aceita discutir a erradicação da pobreza, mas ninguém quer discutir desigualdade. Inclusive os documentos preparatórios da Rio+20 tratam economia verde não só como mais eficiente do ponto de vista ambiental, mas que também é voltada para a erradicação da pobreza. E isso não tem nada a ver com desigualdade. Você pode acabar com a pobreza dentro de um país e a desigualdade aumentar – depende do que vai acontecer com a outra parte da população. O assunto desigualdade é evitado sistematicamente.

Por coincidência, estou fazendo a leitura de um livro que vai sair em português, publicado há 15 anos na Inglaterra, do famoso cara que inventou o *triple bottom line*, o John Elkington. É o livro que fez a cabeça de todo mundo do meio empresarial que entrou com alguma seriedade no assunto. Ele fala de *profit, people and planet*,

O assunto "combate às desigualdades" é sempre evitado. Mas encará-lo é o único modo de chegar à sustentabilidade

que são os pilares econômico, social e ambiental. Eu sempre ouvia isso, mas é uma coisa que inclusive me incomoda, pois, do ponto de vista teórico, essas coisas estão intrincadas. Mas, em termos didáticos, funciona. O engraçado é que ele diz no livro, numas frases aqui e ali, que as empresas terão muito mais dificuldade de encarar o social que o ambiental. De fato, avançou muito a atuação das empresas na área ambiental, mas no social é muito mais difícil, principalmente se eu colocar no social a palavra desigualdade, e não só o combate à pobreza. Incrível ele ter dito isso há 15 anos, ele já estava sacando.

A mesma coisa acontece no plano das relações internacionais. Você nunca vai ver um documento da ONU, FMI ou Banco Mundial, ou seja lá o que for, dizendo assim: “Em algum momento nós vamos ter de encarar o problema das desigualdades”. No plural. Porque não é só a desigualdade de renda. No nosso caso, por exemplo, tem a brutal desigualdade entre quem tem acesso a esgoto e quem não tem. Ou acesso a saúde. Tem desigualdades de gênero, de cor de pele etc. Se a sustentabilidade exige uma transição à prosperidade sem crescimento, e se a prosperidade exige a estabilização do crescimento, a única maneira de fazer isso é pela redução das desigualdades. Nesse sentido, a questão das desigualdades aparece como *funcional*. Isso é diferente do que a gente sempre dizia, de que é um simples compromisso ético. Isso é justamente o mais difícil de aceitar.

Porque significa perda de status quo, abrir mão de conquistas?

É. Mas, ao mesmo tempo, os muitos ricos cada vez mais percebem que não é bom para eles viver em uma sociedade desigual. Tem esse último exemplo do Warren Buffett, e de outros milionários, dizendo que precisam ser mais taxados. Não que isso seria uma redistribuição ou que a crise econômica poderia ser resolvida por aí, mas esse é um sinal. Tenho impressão que a resistência é mais profunda e não vem necessária e principalmente dos milionários. Tem toda uma coisa cultural, ideológica, que não sei muito bem explicar. Uma hipótese que me ocorre é que, no século passado, todas as vezes em que houve uma ação muito séria para enfrentar as desigualdades, chegamos ao totalitarismo – caso das revoluções russa, chinesa. “Esse assunto

chega à revolução e revolução a gente sabe aonde chega.” Isso talvez tenha dificultado a gente a encarar a coisa de maneira mais de frente.

Como a economia verde de fato, ou uma nova economia, pode dar conta dessa questão das desigualdades?

Nessa sua pergunta tem uma nova expressão, a “nova economia”. Nova economia eu não sei o que é, mas não precisa ser necessariamente verde. Até porque verde acho péssimo como escolha de cor. Todas essas preocupações, quando começaram a ter impacto, ficaram muito voltadas para a natureza na parte terrestre, cobertura vegetal. Mas os estudos científicos mostram que 50% da solução do problema global é plâncton. A contribuição do plâncton e da floresta é a mesma. Juntando as cores, dá turquesa, inclusive já escrevi sobre a sustentabilidade turquesa, é um tema de que gosto muito.

Mas não estou entrando na questão semântica do nome “economia verde”...

Só te fiz essa observação como uma nota de rodapé, porque até isso (*o uso da expressão economia verde na Rio+20*) é infeliz! A questão é a seguinte: para chegar ao desenvolvimento sustentável, é preciso uma transição econômica. Essa transição não pode ser encarada do ponto de vista microeconômico, e “economia verde” chama muito pra isso. Qualquer projeto de energia eólica vou apresentar como avanço da economia verde. Se você aceita isso, o macro não faz parte. Está percebendo o que me incomoda tanto? Não estou dizendo que da perspectiva do Steiner (*Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma*) isso é intencional, que ele queira enganar as pessoas. Ele também é vítima disso, porque provavelmente como pessoa pensa muito próximo do que estou pensando, tenha as mesmas referências, não sei. Mas essa insistência, essa ênfase que puseram na expressão economia verde para a Rio+20 tem esse perigo. É uma armadilha.

Toda a discussão do Tim Jackson é macro. Nossa macroeconomia é basicamente keynesiana, tem algumas divergências, mas, em qualquer corrente, é preciso fazer de tudo para aumentar o consumo. Esse é o objetivo da política macroeconômica. Às vezes precisa dar uma freada no consumo por causa da inflação, ou por causa da taxa de poupança, mas isso é um acidente de percurso. O (*George W.*) Bush fez um grande apelo à população para aumentar o consumo no 11 de setembro. Em 2008, com a crise, houve o mesmo apelo. É isso que dá estabilidade para a sociedade. Então, falar de desenvolvimento sustentável, sem encarar isso que estou dizendo, é história da carochinha.

Quando se fala nessa mudança macroeconômica, o que é exatamente? É, por exemplo, redefinir indicador de desenvolvimento nas contas nacionais?

Indicadores para mim é quase uma questão secundária.

Então o que é a questão primária?

A mais séria é que, se encaro que o consumo tem de se estabilizar, isso implica uma reorganização total da economia, da qual a gente não tem ideia. O que se teria de fazer? Evitar, por exemplo, que a gente trocasse as coisas tão rápido, como carro, celular. A economia teria de produzir coisas mais duráveis.

Para isso, precisaríamos migrar de uma economia mais centrada em produto para uma mais centrada em serviço?

Fundamentalmente isso. A contribuição de serviços teria de ser muito maior, crescente, enquanto todas as atividades econômicas que usam muitos recursos naturais, seja minério, seja *commodities* agrícolas, teriam de reduzir. Como você vê, pela minha resposta, se alguém pedisse para fazer um plano completo, não tem como. Só quero que ao menos reconheçam que existe esse dilema e que, se terá um encontro dessa importância, isso não pode ser ignorado. Mas não tenho a mínima esperança de que a Rio+20 vai tirar alguma resolução em relação a isso. O que também não é motivo para eu ter de engolir que vemos a economia verde como se fosse uma questão microeconômica.

A Rio+20 traz um pouco o tema da desmaterialização da economia.

Essa ideia do descolamento que falamos lá atrás é uma ideia de desmaterialização, é a mesma coisa, só inventaram outro nome.

É verdade (mais em Coluna à pág.25). Mas então talvez houvesse dois caminhos, um de mudança de valores para que se combata o consumismo, e o outro de tributação sobre emissões?

Teria de haver mudança total da política tributária. Trocar a política que foi montada em consequência do crescimento marrom para outra que incentivasse o crescimento verde, nos países que ainda precisam crescer. O Peter Victor, da British Columbia, vendo esse movimento da Economia Ecológica e sendo um discípulo do Herman Daly, se propôs a fazer isso, estudar para ver o que aconteceria no Canadá.

É o caso do Canadá que o senhor citou agora há pouco?

Sim. Ele escreveu o livro *Managing without Growth*. Quando falei para você que crescimento é funcional para uma estabilidade social, está subentendido que, se você me propuser para reduzir o

A classe política trata com escárnio quem propõe a prosperidade sem crescimento. Ainda é pregar no deserto

crescimento, vai aumentar o desemprego. Isso é verdade em países com população crescente. No Canadá, ele mostra que a situação de desemprego estaria melhor com menos crescimento do que com mais.

É mesmo?

É um dado surpreendente. Evidentemente aí se supõe que haveria mudanças de atividade. As que exigem mais mão de obra seriam mais favorecidas do que hoje estão sendo.

A crise econômica global atrapalha ou pode ajudar nessa discussão, como um provocador de mudança, uma vez que mostra como o modelo deu errado?

Quando a crise aperta, os tomadores de decisão ficam muito mais ariscos a enfrentar uma discussão como essa. Mesmo a versão mais *light* da economia verde, essa que eu chamo de história da carochinha, mesmo quanto a isso a tendência deles é de dizer: “Não é bem assim”. A não ser que houvesse uma coisa muito convincente que mostrasse o seguinte: se investir muito em economia verde, vai aumentar o emprego e resolver um monte de problemas. Só que os dados não corroboram. Andei vendo umas estatísticas sobre a França, que está fazendo muito esse cálculo sobre emprego verde, e não convence o fato de que investir mais em energia eólica, ou dar força para agricultores orgânicos necessariamente está gerando mais emprego. Mas tenho dúvidas do que é pior: se a Rio+20 ocorresse em um cenário de crise ou não.

O senhor chegou a questionar o nome Rio+20. Por quê?

Não chama Rio+20, é um apelido. E esse apelido induz um pouco a: “basicamente a gente vai se juntar para ver o que aconteceu nesses últimos 20 anos, até que ponto a gente melhorou, mostrar o que fizemos”. Mas, se a ONU promove uma reunião desse tipo, é para discutir governança global do ambiente e isso que eles estão chamando de economia verde. Além disso, seria muito importante, embora não legalmente possível, que uma Rio+20 também encarasse uma discussão sobre as próprias convenções assinadas na Rio 92.

A rigor, a gente estaria precisando de uma mudança na Convenção do Clima. Pois, do jeito que foi feita, que levou a não sei quantas COPs e não conseguiu resolver nada, tem um mal de raiz. Como vai ficar o problema do clima? O que significa a transição econômica que vai em direção à sustentabilidade? Como que pode ser essa governança que não está tendo? São as grandes questões que precisam ser discutidas na Rio+20. É uma Cúpula Mundial sobre desenvolvimento sustentável, que por sua vez é uma discussão sobre futuro. Agora, é claro que, como uma coisa tão simples, essa é que pega.

Sim, igual ao apelido “economia verde”, que acabou pegando, embora signifique muito mais do que o nome sugere.

Mas acho que nosso papel não é simplesmente surfar nisso, e, sim, usar a oportunidade para levantar essas questões. Meu papel, nesse sentido de forçar essa discussão sobre prosperidade sem crescimento, ainda é pregar no deserto. É a pergunta que você fez: onde isso está sendo discutido? Não sou capaz de citar nenhum Parlamento que tenha se reunido para discutir “se é o caso de”. Ao contrário, a classe política trata com escárnio quem faz esse tipo de proposta. [2]

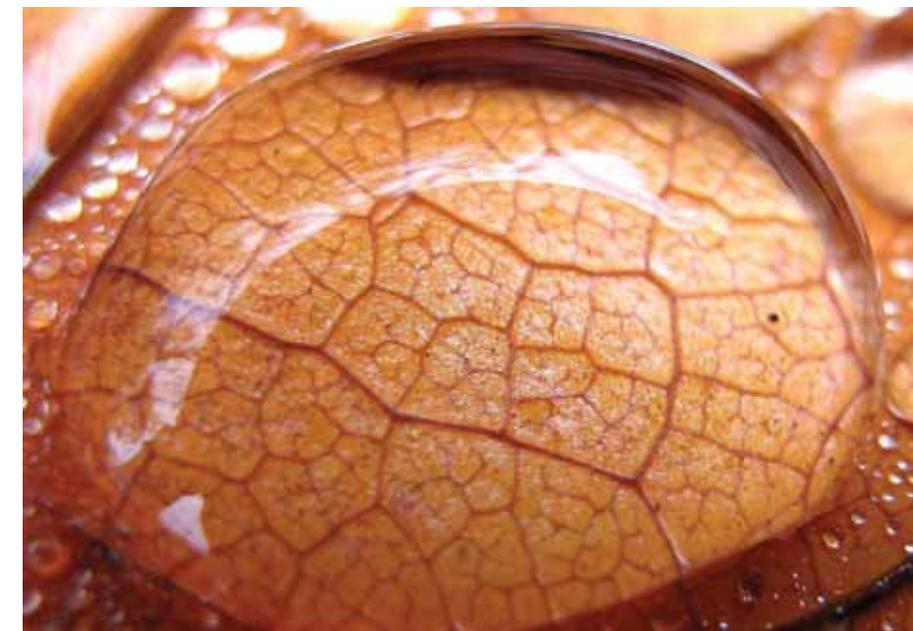
Neurônios no sistema | A estrutura do cérebro humano e o seu funcionamento inspiram o desenvolvimento de uma rede de conexões inteligente para controlar perdas no abastecimento de água **POR DAVI CARVALHO**

Imagine que os inúmeros sistemas eletrônicos que nos cercam e convivem conosco diariamente desenvolvessem uma capacidade de processar e armazenar informações como o cérebro humano. Certamente, esses sistemas ainda não existem por completo, mas uma iniciativa tem como objetivo dar mais inteligência e autonomia a redes de abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo. Isso alimenta a esperança de que, no futuro, sistemas inteligentes ajudem na gestão dos recursos do planeta.

A engenheira civil Cláudia Cristina dos Santos defendeu em sua tese de doutorado a construção de uma rede de conexões que permita a companhias de abastecimento de água otimizar suas operações e dar mais eficiência à distribuição. [1]

Para isso, Cristina criou o que chamou de rede neural artificial (RNA) – estruturas ou sistemas computacionais que realizam o processamento de dados de maneira semelhante à do cérebro humano. “As redes neurais artificiais são modelos de processamentos matemáticos que tentam simular os sistemas naturais, utilizando-se de estruturas análogas às redes neurais biológicas (RNB)”, explica Cláudia, que é técnica em Ciência e Tecnologia, no Departamento de Sensoriamento Remoto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Elas são baseadas na simulação computacional de aspectos da inteligência humana, levando em conta a capacidade contínua do nosso cérebro de aprender e tomar decisões em conformidade com seu conhecimento acumulado.”

A doutora explica que “a RNA pode ser interpretada como um esquema de processamento que é capaz de armazenar experiências e disponibilizar esse conhecimento para aplicações no futuro, mas não necessariamente idênticas às utilizadas durante o aprendizado”. Essa parte cognitiva do sistema o torna pioneiro no uso de



inteligência artificial para o controle de custos operacionais das companhias e de demanda por água a ser distribuída.

Na prática, a RNA ajuda as empresas distribuidoras de água a planejar sua atuação, minimizando custos e desperdício de recursos naturais e ajudando modelos de previsão meteorológica.

O trabalho permitiu que fosse feito um levantamento do consumo médio mensal na Região Metropolitana de São Paulo e mostrou que ele varia ao longo do ano, sendo maior no verão, com pico em março, e menor no inverno, com destaque para julho. Em geral, a tendência do consumo é diminuir a partir do mês de março e aumentar a partir de novembro. O mês de agosto tem um pico em relação aos meses de inverno, consequência do tempo seco que ocorre nesse período, que provoca um aumento no consumo. Durante a semana, o domingo é o dia de menor consumo, e a sexta-feira o de maior, e as quartas-feiras e os sábados são dias de consumo próximos da média.

De posse desses dados, governos e

empresas podem desenvolver programas e projetos com vistas à redução de perdas financeiras e de água.

A rede criada por Cristina é mais um experimento da chamada biomimética, ramo da ciência que estuda a natureza com o objetivo central de encontrar “ideias” para o desenvolvimento de produtos e serviços. Acredita-se que sistemas tão complexos como os diversos biomas e a variedade da fauna e da flora existentes podem inspirar a criatividade e a inovação, já que existem há muito mais tempo que os seres humanos. Geralmente, esse recurso é utilizado pela indústria, que já desenvolveu carros inspirados em estrutura corporal de peixes, e turbinas eólicas em barbatanas de baleias.

PÁGINA22 abordou a biomimética em “O que a natureza faria”, edição 26, quando trouxe exemplos bastante práticos de como a natureza tem influenciado o design humano em todas as áreas. A reportagem trazia a ideia de que a natureza é uma fonte segura e eficaz de inspiração para o redesenho do mundo criado pelo homem. [2]

[1] Para conhecer o trabalho de Cláudia Cristina dos Santos, acesse teses.usp.br e digite o nome da pesquisadora.

Espiral de forças

Estimar o potencial da Rio+20 é um exercício arriscado. Tal como em 1992, qualquer resultado comemorável dependerá do vigor dos atores sociais que se movimentam em torno da conferência

POR CAROLINA DERIVI FOTO LUCAS CRUZ

Há 20 anos, quando o ambientalista João Paulo Capobianco sentou-se à mesa de uma coletiva de imprensa, às vésperas da primeira Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, a pergunta que todos os jornalistas haviam preparado era “o que podemos esperar da Rio 92?” O entrevistado não teve dúvidas e sapecou como resposta: “Nada”, apenas para desfrutar dos segundos de constrangimento que se seguiram.

O argumento de Capobianco era que não se poderia “esperar” coisa alguma do processo de negociação das Nações Unidas, mas antes trabalhar arduamente para que as melhores ambições tivessem alguma chance de se concretizar. Quem optasse por esperar o faria melhor sentado. Naquela época, como hoje, eram consideráveis os entraves para promover soluções globais em um multilateralismo que mais se assemelha à somatória de interesses domésticos inconciliáveis.

Parece oportuno lembrar essa anedota, já que estamos falando de um evento repleto de *déjà-vu*. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que retorna ao Rio de Janeiro em junho de 2012, marca não apenas os 20 anos da Rio 92 e os 40 anos de Estocolmo 72 (a primeira conferência da ONU sobre meio ambiente), como também os 25 anos do relatório *Nosso Futuro Comum*, um marco da disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Para completar, 2012 é um ano decisivo também na trilha específica das negociações sobre mudança do clima, quando expira o prazo para definição de uma segunda fase de compromissos sob o mandato do Protocolo de Kyoto. Isso sem falar na folclórica pecha de “fim do mundo” que apimenta ainda mais esse calendário.

E, mais uma vez, a pergunta que estamos perseguindo, como jornalistas, é “o que podemos esperar da Rio+20?” Infelizmente, não estamos aptos a dar essa resposta. E de pouco adianta recorrer aos especialistas na matéria, tão diversificados que estão em expectativas e prioridades eleitas.

Apenas para citar um exemplo, quem perguntar a Rubens Born, coordenador-executivo do Vitae Civilis, se a Rio+20 tem o potencial de tornar-se tão icônica quanto a Rio 92, receberá de volta a análise: “Sim e não”. O caso é que há forças ambíguas atuando sobre possíveis desfechos da conferência, como assinala Born.

De um lado, uma crise econômica que segue provocando espasmos na Europa e nos Estados Unidos, o que causa aversão por quaisquer compromissos ao bloco rico dos países-membros, sobretudo financeiros. De outro, a energia dos “indignados” ao redor do globo, passível de ser canalizada para um grande movimento de pressão pelo desenvolvimento sustentável. De um lado, uma reunião oficial que, a depender dos arranjos ditados pela ONU, tem tudo para ser esvaziada. De

Documentos da ONU que define o desenvolvimento sustentável como “(aquele) que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”

Movimento que surgiu na Espanha para se opor às medidas de enfrentamento da crise econômica naquele país

outro, um clima de ceticismo que se instaurou sobre o atual sistema de governança global e que impele a própria ONU a demonstrar, afinal de contas, para que serve a organização.

Assim, melhor que arriscar algum palpite certo será oferecer ao leitor as linhas gerais mais importantes desse grande contexto que cerca a Rio+20, e esperar que lhes sejam úteis para elaborar, autonomamente, suas próprias expectativas.

PEQUENA NOTÁVEL

Aron Belinky, coordenador nacional do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, e entrevistado nesta edição (pág. 34), costuma definir a conferência como o “o filho que foi concebido na lua de mel e nasceu depois do divórcio”.

A ideia de realizar novamente a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro partiu do ex-presidente Lula, em 2007, ano que marcou o *boom* do tema mudança climática, graças ao quarto relatório do IPCC e ao filme *Uma Verdade Inconveniente*. Naquele ano, também a Conferência do Clima, em Bali (COP 13), teve um desfecho algo animador, com a adesão da Austrália ao Protocolo de Kyoto e a aprovação do “mapa do caminho” para que se alcançasse um novo acordo vinculante entre os países. A economia mundial, na aparência, estava nos trilhos.

Depois veio a crise e o fiasco da COP 15, em Copenhague. Tudo mudou. Para Belinky, é quase como se a ONU não quisesse fazer muito alarde, sob o risco de ser colada novamente ao rótulo de fracasso, e os sintomas estão na própria organização do evento. O processo oficial terá só três dias – a título de comparação, as cúpulas do clima contam com duas semanas – e a última reunião preparatória será realizada com apenas quatro dias de antecedência.

O embaixador designado para secretariar a conferência é Sha Zukang, o mais velho diplomata chinês em atividade na ONU. De origem militar e em fim de carreira,

Sha tem pouca familiaridade com o tema da Rio+20. Seu perfil fica ainda mais diminuído se comparado ao de Maurice Strong, o secretário-geral das conferências de 1972 e 1992, a quem se atribui boa parcela da liderança sobre os compromissos assumidos e sobre o caráter paradigmático que ambas as reuniões tiveram.

Mas em se tratando do processo ONU, e especialmente em uma ocasião que reúne tanto simbolismo, a disposição dos países-membros em avançar é apenas um pedaço da história. A partir da Rio 92, a organização abriu-se para a colaboração da sociedade civil. Os mais de 20 mil ativistas que compareceram à capital fluminense naquele ano para pressionar os líderes mundiais e inaugurar a agenda de eventos paralelos foram os arquitetos de um clima de pressão até então inédito.

Hoje, as organizações sociais estão mais maduras, e protagonizam um contexto de sociedade civil transnacional. Com as novas possibilidades de articulação que a internet oferece, a que dimensão isso pode chegar? Mais uma vez, esses grupos terão a prerrogativa de comentar encaminhamentos e apresentar propostas, seja por meio dos **Major Groups**, seja com o grupo de contato com a sociedade civil do país anfitrião, o Brasil4, desenhado extraordinariamente para a Rio+20. (*mais em reportagem à página 28*)

Mesmo fora da intersecção entre ativistas e diplomatas, a reedição do chamado “espírito do Rio” de alguma forma compete a todo mundo. É justo antever que qualquer resultado comemorável no ano que vem dependerá bastante da habilidade dos atores sociais em criar *momentum* – palavrinha pomposa que no Brasil poderia ser substituída pela velha máxima “ou vai ou racha”.

PRAGMATISMO

Mas como criar *momentum* se, em 2009, a temperatura do debate, da divulgação e das expectativas foi altíssima e o resultado tão decepcionante? Vale a pena? Nesse ponto, é importante revelar que o desenho da

Rio+20 é muito diferente das Conferências das Partes (COPs), em que os diplomatas se reúnem em torno de um texto-base a ser anexado à convenção de referência e as divergências se acumulam em cada palavra ou vírgula.

No artigo “Rio+20: Another World Summit?”, disponível na internet, os pesquisadores Miquel Muñoz e Adil Najam, da Universidade de Boston, defendem que estamos testemunhando o fim da era em que a “pergunta operacional” do sistema global de governança era: “Um acordo é possível?” Nas últimas décadas, foram assinados tratados sobre meio ambiente e temas afins às centenas, mas o descumprimento é sistemático. Assim, a nova pergunta-motor sobre o sistema internacional seria: “Os acordos estão funcionando?”

“Para usar uma analogia da física, estamos menos interessados na força aplicada e mais no trabalho resultante”, escreveram os autores. Em outras palavras, a Rio+20 seria o espaço não para novas convenções, mas para desenvolver mecanismos capazes de usar o que quer que o mundo já tenha acordado para ganhar escala e gerar impactos verificáveis. Os dois grandes temas escolhidos pela ONU para basear o debate revelam justamente essa tendência ao pragmatismo.

O tema “estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”, também chamado de “governança”, dirige-se à reforma do arranjo institucional de modo a fazer avançar os planos e as metas estabelecidos internacionalmente. Já estão na mesa propostas que vão desde o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) até a criação de um novo organismo supranacional da sustentabilidade, incumbido de acompanhar a aplicação dos acordos aprovados em diversas instâncias multilaterais e de arbitrar conflitos entre as nações.

A “economia verde no contexto da erradicação da miséria” é tema que tem origem na Green Economy Initiative, impetrada pelo Pnuma em 2008, durante a eclosão da crise financeira mundial. A proposta, então, era oferecer uma saída para a retomada da prosperidade

Os temas "economia verde" e "governança" revelam tendência ao pragmatismo, como ponte para o desenvolvimento sustentável

econômica por meio dos negócios verdes e inclusivos. O leitor deve reparar que o tratamento que a ONU e seus diversos interlocutores dão ao assunto é de “fase de transição para o desenvolvimento sustentável”. Em teoria, um objetivo menos ambicioso e mais factível.

A ideia é remanejar mercados e fluxos financeiros para motivar setores-chave (como agricultura, energia, construção e transporte) a reduzir emissões de carbono, bem como o consumo de recursos naturais, ao mesmo tempo que gerariam mais empregos. Entre as medidas que poderiam ser aplicadas para este fim estão a inclusão de critérios socioambientais nas compras públicas, pacotes de estímulos e aplicação de taxas verdes, como um imposto sobre as emissões de carbono.

Mas, para ganhar adesão, a economia verde precisará superar a relevante antipatia que conquistou em alguns círculos. Os críticos apontam que o novo conceito apenas confere pinceladas de verde sobre o mesmo sistema insustentável de produção e consumo. Em manifesto recente, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) afirma que é preciso “resistir ao ambientalismo de mercado”.

Conforme explica José Eli da Veiga, em entrevista à página 14, a ideia de economia verde ou crescimento verde ignora a recomendação dos economistas ecológicos por uma completa reformulação macroeconômica, capaz de dissociar o consumo da prosperidade.

Fica mais fácil compreender isso no contexto da desigualdade mundial. Lembremos que a disponibili-

Grupos setoriais da sociedade civil mundial, incluindo ONGs e Negócios, criados em 1992 para informar e aconselhar a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU



O que define o sucesso de uma conferência é o *timing* e a sinalização clara de um grande propósito, dizem pesquisadores

dade de recursos naturais não é infinita. Enquanto os países de extremo desenvolvimento social continuarem a crescer – considerem-se, por exemplo, a Suécia, a Dinamarca ou o Canadá –, é como se estivessem usurpando o “espaço ecológico” daquelas nações que ainda precisam crescer para distribuir oportunidades socioeconômicas à toda população. Sem uma abordagem sobre a desigualdade, a economia até pode ser verde, mas será realmente inclusiva?

OPORTUNIDADE E PROPÓSITO

Pouca gente se lembra que houve uma conferência Estocolmo+5 e também uma Rio+5. A Rio+10, um pouco mais recente (Johannesburgo, 2002), ainda está na memória dos engajados em questões ambientais, mas é definida por José Augusto Pádua, historiador especializado em política ambiental, como “a conferência mais inútil que eu já vi na minha vida”.

Para estimar o potencial do próximo grande evento no calendário da sustentabilidade, é útil compreender por que algumas conferências se tornaram memoráveis e outras caíram no esquecimento. Segundo Muñoz e Najam, da Universidade de Boston, a peneira histórica opera com dois critérios e o primeiro deles é o *timing*.

Em 1972, o mundo industrializado experimentava as mazelas da poluição causada pela arrancada econômica do pós-guerra. Na ocasião, estava claro que os problemas ambientais não respeitavam fronteiras e Estocolmo garantiu o seu lugar na História ao trazer o tema pela primeira vez ao âmbito das Nações Unidas. Já do lado de baixo do Equador, a falta de indústrias é que incomodava e o ambientalismo se assemelhava à uma quimera.

A Rio 92 foi como o apito de uma panela de pressão mundial. Primeiro, porque o convite “venham poluir o Brasil” do ministro João Paulo dos Reis Velloso, representante brasileiro em Estocolmo, transformou-se em profecia. No começo da década de 1990, os países ricos haviam se modernizado para reduzir a poluição industrial, mas também haviam exportado fábricas obsoletas para o bloco dos pobres que, depois da “década perdida”, acumulavam grave degradação ambiental, afundados ainda mais na miséria.

Ao mesmo tempo, eventos históricos como a queda do Muro de Berlim e o fim do Apartheid, na África do Sul, provocavam um clima de otimismo e de disposição para a cooperação internacional. O *timing* do Rio em 1992 era o retumbante casamento de indignação e esperança. Pobre Rio+10, não teve a mesma sorte, encerrada numa disputa inglória com as atenções devotadas à guerra ao terror.

Em 2012, em que pese a persistente crise econômica, a disseminação do debate socioambiental e a precisão da ciência terão o mais alto nível de toda essa trajetória. Ponto para o *timing*. O que falta conhecer é o segundo critério apontado pelos pesquisadores de Boston: ter um grande propósito.

Em 1972, era o marco zero do meio ambiente como tema de interesse multilateral. Em 1992, a consolidação da ideia de desenvolvimento sustentável. E em 2012? Está em algum lugar entre a reforma da ONU, um conjunto de medidas de estímulo à economia verde e o mais ambicioso e improvável objetivo de redefinir o desenvolvimento dissociado do crescimento.

Seja como for, é importante ter em mente a análise simples de Najam e Muñoz: “Conferências raramente resolvem problemas, mas podem determinar o debate internacional por anos e décadas à frente”. Assim, o melhor que se poderia esperar da Rio+20 é o peteleco inicial num dominó de mudanças tão profundas que nós ainda estaremos tentando interpretar integralmente 20 anos depois. [zzz](#)

[COLUNA]

Nem tão **imaterial** assim | Crescem os exemplos de desmaterialização da economia. No entanto, a extração de recursos e a pegada ecológica continuam em franca expansão **REGINA SCHARF***

Não há como negar a progressiva desmaterialização da economia. Produtos e serviços consomem hoje muito menos materiais e energia que no passado, graças, sobretudo, à revolução tecnológica dos últimos anos. Em artigo recente no *The Wall Street Journal*, (“*Why Software is Eating the World*”), Marc Andreessen, investidor da área de e-tecnologias, reúne evidências da tomada da economia pelo mundo virtual. “Cada vez mais empresas de porte, da indústria do cinema à agricultura e à defesa, têm *softwares* na base de seus negócios e entregam seus serviços via internet”, diz Andreessen. Ele afirma que é sintomático o fato de a Hewlett-Packard estar se deslocando da fabricação de computadores para o mercado de programas, considerado mais promissor. Ou que a rede americana de livrarias Borders tenha falido, depois de desprezar o nicho de e-books.

O mercado editorial é, justamente, dos mais afetados. Livros, revistas e jornais estão sendo progressivamente substituídos por *bytes*. A informação contida nos 45 mil livros da coleção de José Mindlin, uma das mais importantes do Brasil, pode ser carregada no bolso, num punhado de *flash drives*. A loja eletrônica Amazon vende hoje mais livros virtuais do que de papel. Resultado: menos celulose, menos encadernação, menos impressão, menos transporte.

A indústria da música passa por processo semelhante. A Apple anunciou no ano passado que já havia vendido 10 bilhões de músicas por meio da sua loja virtual iTunes (cada doze canções representam um CD que deixou de ser vendido).

A educação também está mudando. Os cursos gratuitos virtuais oferecidos pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) recebem 1,5 milhão de visitantes a cada mês – dos quais um terço utiliza ferramentas de tradução para outras línguas que não o inglês. Um dos cursos, de álgebra linear, foi baixado por 200 mil



alunos remotos – que dispensam transporte e construção de salas de aula adicionais [\[1\]](#). Uma dezena de outras universidades americanas oferece serviços semelhantes.

Mas as mudanças não se limitam à indústria cultural. Investimentos em produção mais limpa e eficiência energética racionalizaram os processos industriais em boa parte do planeta ao longo dos últimos 20 anos. Levantamento da União Europeia indica que praticamente todos os países da região reduziram a intensidade energética de sua economia em pelo menos 10% entre 1998 e 2008. Alguns, como Bulgária, Estônia e Romênia, tiveram uma diminuição superior a 30%. Ou seja, a quantidade de energia necessária para produzir uma unidade de PIB diminuiu consideravelmente.

Deste lado do Equador, a tendência é semelhante. Estudo do Greenpeace de 2007 estima que a intensidade energética da América Latina deveria cair 20% entre 2003 e 2050, mas essa queda poderia chegar a quase 50% num cenário que a entidade batizou de “[R]evolução

Energética”. Naturalmente, essa tendência é vantajosa para a maioria das empresas. Um bom exemplo é a companhia aérea American Airlines, que está substituindo toda a documentação de bordo, inclusive mapas de voo, por arquivos armazenados no tablet iPad. A empresa estima que isso permitirá economizar US\$ 1,2 milhão anuais em combustível – cada aeronave carrega até 16 quilos de documentos.

A tendência de desmaterialização é concreta – mas será suficiente? Parece que não. O crescimento do conjunto da economia tem superado sistematicamente o ganho associado à redução no consumo de energia e matérias-primas (*a edição 55 abordou esse fenômeno, chamado de rebound effect, ou efeito ricochete*).

Em entrevista recente à Ecoágência, do Núcleo de Jornalistas do Rio Grande do Sul, Andrei Cechin, autor do livro *A Natureza como Limite da Economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*, diz que o economista romeno, fundador da Economia Ecológica, era inimigo do “mito da desmaterialização da economia”. Cechin pondera que, se, por um lado, a intensidade energética global caiu 33% desde 1970 e a intensidade material tenha diminuído 26% entre 1980 e 2007, por outro o PIB global elevou-se em 120% e a população mundial cresceu 50%.

“Isso resultou em um aumento absoluto de 62% na extração global de recursos”, diz Cechin. “Para provar isso, Georgescu provavelmente apontaria o relatório *Living Planet* de 2010, que revela que a pegada ecológica da humanidade mais que duplicou desde 1966. Em 2007, o último ano para o qual se têm dados, a humanidade usava o equivalente a um planeta e meio para suportar suas atividades. Essa economia é qualquer coisa, menos sustentável”.

 JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE

[1] Acesse em ocw.mit.edu/index.htm.



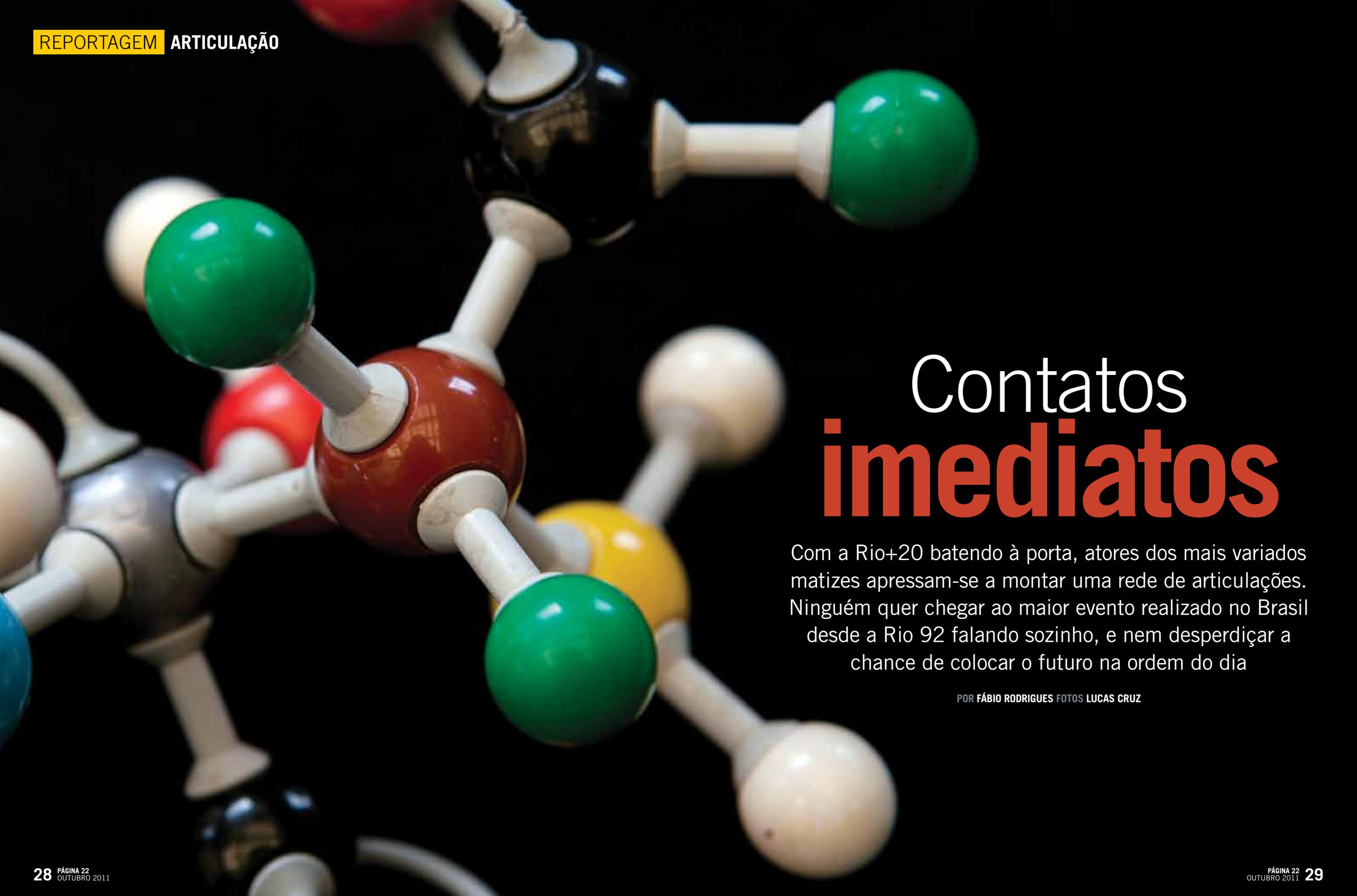
**Itaú.
O único banco
latino-americano
presente no
Índice Dow Jones
pelo 12º ano
consecutivo.**

**Não é de hoje que
ele é o banco mais
sustentável do mundo
para você_ :-)**

Ser sustentável é ser transparente, apostar nas relações duradouras e ser reconhecido por isso. Foi assim que o Itaú foi eleito o banco mais sustentável do mundo. E é assim também que ele é o único banco latino-americano a entrar, pelo 12º ano consecutivo, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Um dos mais importantes indicadores de responsabilidade econômica, social e ambiental do mundo. É uma conquista que reafirma o nosso compromisso de ser um banco cada vez mais sustentável para você. O mundo muda. O Itaú muda para você.

Itaú. Feito para você_ :-)

Itaú



Contatos **imediatos**

Com a Rio+20 batendo à porta, atores dos mais variados matizes apressam-se a montar uma rede de articulações. Ninguém quer chegar ao maior evento realizado no Brasil desde a Rio 92 falando sozinho, e nem desperdiçar a chance de colocar o futuro na ordem do dia

POR FÁBIO RODRIGUES FOTOS LUCAS CRUZ

Lembram daquela conversa de que “andrinha sozinha não faz verão”? Pois bem. No que depender da turma que pretende aterrissar em peso no Rio de Janeiro para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20 –, os cariocas podem se preparar para um junho senegalês em 2012. É certo que a nove meses do evento há um campo enorme de articulações a se explorar e os avanços acontecem aos trancos. Ninguém disse que seria fácil! Mesmo assim, há bastante gente sinalizando que temos um monte de coisa – boa – a caminho. E em ebulição.

Apesar disso, a Rio+20 ainda não chamou a atenção do público geral. Pergunte ao carioca médio sobre os próximos megaeventos da cidade e ele certamente vai desatar a falar da Copa do Mundo e das Olimpíadas – ambas a alguns anos de distância – sem dar a menor atenção para a conferência marcada para o ano que vem.

Até agora, só aqueles que trabalham ou estão envolvidos mais diretamente com sustentabilidade demonstram alguma empolgação em falar da Rio+20 e, mesmo assim, moderada. Todos estão escaldados depois de acompanhar, durante anos, os fracos resultados obtidos pelo sistema de conferências e convenções da ONU sobre clima, biodiversidade, desertificação. (mais na reportagem “Pragmatismo Global”, edição 55)

Estamos bem longe da eletricidade que tomou conta do Rio de Janeiro no distante ano de 1992, quando a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – a Rio 92 ou Eco 92 – consolidou a noção de que valia a pena escutar o que aquele bando de esquisitões bem-intencionados ligados às organizações não governamentais tinha a dizer. Retornar ao Rio exatos 20 anos não deixa de ser um fator para aumentar o grau de mobilização em torno da Rio+20.

NEM TÃO PRELIMINAR

Por enquanto, estamos em um ponto do processo onde tudo parece meio preliminar, mas nem tanto assim. Os países-membros da ONU e os representantes dos **Major Groups**  têm até novembro para apresentar suas sugestões ao documento oficial da conferência, cuja primeira versão deverá estar pronta até dezembro. A posição oficial do governo brasileiro foi elaborada com base em uma consulta pública proposta pelo Ministério do Meio Ambiente, que durou até o final de setembro (mais em quadro à pág. 32). Ou seja, um bom volume de água já rolou sob essa ponte nesse curto período.

Além disso, o governo brasileiro criou a Comissão Nacional da Conferência Rio+20, com a missão de promover a articulação entre atores governamentais e não governamentais e congregar a sociedade em torno

da Rio+20. Comissão que, conforme nos conta o assessor extraordinário para a Rio+20 do MMA, Fernando Lyrio, está bastante atarefada. “Existe uma movimentação muito grande e que deve se intensificar ainda mais. Toda semana temos três ou quatro encontros de alto nível com empresários, comunidades tradicionais, ONGs etc.”, relata.

PODER PARALELO

Embora a expectativa em relação ao processo oficial seja apenas relativa, uma porção de gente estima que a Rio+20 poderá ser um divisor de águas. Não por acreditarem que os governos estejam prontos a abraçar a causa da sustentabilidade, mas pelo sentimento de que é possível fazer muita coisa por meio de canais não institucionais, sem esperar passivamente por decisões governamentais.

Na opinião do líder da Iniciativa Amazônia Viva para a Rede WWF, Cláudio Maretti, “esse é o momento”. Segundo ele, até hoje as expectativas em torno desses megaeventos sempre dependeram de decisões a serem cumpridas pelas nações. Está na hora de isso mudar. “Precisamos envolver outros atores que não fiquem só cobrando os governantes, mas também assumam compromissos”, defende.

Mas, para chegar a esse ponto, precisamos de ferramentas de articulação mais sofisticadas do que temos à mão hoje em dia. E o que não falta neste período pré-conferência é gente costurando acordos e espaços de diálogo. Um dos mais visíveis é o Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20 (CFSC), que busca aproveitar o acontecimento para fazer convergir esforços da sociedade civil.

“A Rio+20 não é só o evento da ONU. Claro que o processo oficial é importante, mas não será a única coisa acontecendo por lá e nem a mais importante delas”, afirma Aron Belinky, coordenador de processos internacionais do Instituto Vitae Civilis e um dos principais nomes do comitê. (mais em entrevista à página 34)

Pedro Telles, também integrante do comitê pelo Vitae Civilis, sintetiza: “A Rio+20 é um pretexto mobilizador”. Ele ressalta que boa parte da riqueza do evento é o que vai circular por espaços e processos paralelos preparados ao largo da conferência oficial. “Tem muita coisa sem relação direta com a conferência, mas que está ocorrendo em consequência dela”, completa.

Uma dessas “coisas” é a Geração+20, iniciativa de um grupo autônomo de universitários do Rio disposto a animar a juventude para participar dos processos – nada mais justo, uma vez que ela faz parte da “**geração futura**” . Em meados do mês passado, o grupo lançou a campanha Virando o Jogo na Rio+20, uma petição pública criada para pressionar os chefes de Estado a



comparecerem pessoalmente à conferência e endossarem os compromissos assumidos. [1]

Outra iniciativa, que talvez não estivesse acontecendo se não fosse pela Rio+20, é uma reflexão de nível internacional sobre quais são as habilidades necessárias para que as lideranças conduzam, com sucesso, os processos de mudança dos quais precisamos tão urgentemente. Essa ação é conduzida pela Leadership for Environment and Development (Lead), rede global que desenvolve programas de capacitação para a sustentabilidade.

Segundo o diretor-executivo da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL) – braço da rede Lead no Brasil –, Dalberto Adulis, diversas organizações ligadas à rede estão empenhadas em traçar um panorama geral das iniciativas e metodologias de capacitação existentes.

MAPA DAS INICIATIVAS

“Essas iniciativas são todas muito dispersas, ninguém as mapeou. É isso o que faremos aqui no Brasil, na Europa e na Índia”, conta Adulis. Ele informa que uma série de *workshops* está sendo organizada para reunir as organizações com iniciativas na área. “Embora esse não seja um tema de alta visibilidade, existe uma quantidade de metodologias e programas muito grande.” O resultado final desse trabalho será apresentado em um evento internacional marcado para as vésperas da Rio+20.

O International Institute for the Environment and Development (IIED) – organização fundada para Conferência de Estocolmo de 1972 – pretende levar para a Rio+20 um levantamento sobre quais foram as principais conquistas e lições aprendidas de 1992 para cá. Para tanto, a organização está pesquisando quais são as iniciativas concretas e bem documentadas com capacidade para resolver os problemas identificados na

“Toda semana temos encontros de alto nível com empresários, comunidades tradicionais, ONGs etc.”, diz Fernando Lyrio, do MMA

Rio 92, mas que permanecem sem solução adequada até hoje. Quem conta é o superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Virgílio Viana.

Para Viana, eventos paralelos como esse são justamente a grande esperança. “Os processos da ONU são lentos. Não se deve analisar o sucesso da Rio+20 só em função da agenda oficial, acho que podemos esperar bastante da agenda paralela. Estou otimista”, diz.

Em meio a essa diversidade é fácil sentir-se perdido. O papel do CFSC, por exemplo, não é dos mais evidentes. Criado em novembro passado por uma **multidão de organizações da sociedade civil** , o comitê não é uma organização formal que defende uma posição unitária.

Ele possui uma conformação muito mais orgânica. “Nós agregamos grupos que compartilham valores e uma visão do rumo a ser seguido”, resume Belinky, explicando que o fundamento está na percepção de que o modelo capitalista carece de mudanças profundas e que qualquer solução depende de processos participativos que respeitem as diferenças.

Do ponto de vista prático, o comitê está empenhado na organização da Cúpula dos Povos para a Rio+20, um evento paralelo que vai agregar as articulações e reflexões autônomas da sociedade civil.

 No fim de agosto, havia pelo menos 22 organizações e redes ativas no grupo de articulação do Comitê Facilitador, número que pode crescer até junho de 2012. Entre os nomes mais conhecidos estão: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Fboms), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial (Grap) e Via Campesina

 Outra criação da Rio 92, os Major Groups incluem a perspectiva de atores sociais diversos nos processos da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Há nove deles: Negócios e Indústria; Infância e Juventude; Agricultores; Populações Indígenas; Autoridades Locais; ONGs; Comunidade Científica e Tecnológica; Mulheres; e Trabalhadores e Sindicatos. (mais em entrevista à pág. 34)

 Na definição da Comissão Brundtland, sustentabilidade pressupõe atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades

[1] A campanha e a petição podem ser acessados em gamechange2012.org

CONVIVÊNCIA NADA PACÍFICA

Ficar no meio de um turbilhão como este é mais ou menos como tentar gerenciar a Torre de Babel. “A convivência não é nada pacífica”, reconhece a diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Moema Miranda. Desde 2003, ela colabora com o Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo (Grap) do Fórum Social Mundial. Portanto, sabe dos desafios de tentar organizar essa geleia geral e garante que dá para construir espaços em que diferenças extremas não só sejam toleradas como se tornem um fator de produtividade. Contudo, ainda há travas a um processo

de articulação mais efetivo. “Somos todos herdeiros das divergências do século XX”, comenta Moema, ao explicar por que essas barreiras aparecem.

A Cúpula dos Povos, por exemplo, não inclui atores do setor empresarial. “A gente acredita que os mercados deveriam estar a serviço da construção de uma sociedade mais justa e que isso precisa de uma mudança para frear o consumismo exagerado. E os empresários não compartilham dessa compreensão”, elabora Moema. Esse não é um veto absoluto – qualquer entidade do CFSC está livre para fazer outras articulações por conta própria – e a própria Moema é rápida em afirmar que a conversa com os empresários não apenas é possível como desejável. Ainda assim, existe algo a ser resolvido aí.

Belinky também busca o caminho da conciliação. “Existem diferenças a princípio irreconciliáveis? Sim. Mas a gente entende que o caminho do diálogo é fundamental para engajar a sociedade na transição que precisamos fazer. Nosso papel é ajudar para que ele aconteça”, sinaliza.

POUCO REPRESENTADO

Por seu lado, o empresariado “cava” os próprios

espaços para avançar sua agenda, afinal estamos falando de uma conferência que debaterá a economia verde. “Se você olhar de 20 anos para cá, o setor privado é o que deu o maior salto, mas, até hoje, não tem uma representação como deveria”, reclama Marina Grossi, que ocupa a presidência do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds). “Essa é uma reminiscência de um passado que acaba sendo um dos entraves para alavancar o desenvolvimento sustentável”, completa (*mais em reportagem à pág. 46*).

O Cebds tem suas raízes no solo da Rio 92 e, por isso, quer chegar fazendo barulho. Uma de suas armas para isso é o processo de tropicalização do *Visão 2050* – um documento do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) que descreve como, na visão do empresariado, é possível chegar a um mundo mais sustentável até 2050 [2]. O processo terá nove *workshops*, nos quais o documento internacional será estudado à luz da realidade brasileira. “Embora essa seja a agenda das empresas, ela será fruto de uma ampla articulação, porque não se pode ter uma empresa saudável em um ambiente degradado”, resume Marina.

Mesmo que, em vários momentos, o empresariado e o Terceiro Setor ainda se estranhem, há aproximações importantes acontecendo. “O papel do setor privado tem sido pouco explorado nos debates sobre a sustentabilidade”, opina Cláudio Maretti, do WWF Brasil. “Os atores econômicos mais avançados já entendem que eles também são um ator social. E até os Fóruns Econômicos Mundiais têm caminhado para entender melhor a relação entre sustentabilidade e economia”, completa.

O WWF, por exemplo, além de convidado a dar contribuições ao *Visão 2050*, retribuiu o favor chamando o Cebds para organizar um dos cinco seminários da série Diálogos sobre Biodiversidade. Trata-se de uma iniciativa conjunta com o Ministério do Meio Ambiente, a IUCN e o Instituto Ipê para elaborar metas para a conservação da biodiversidade brasileira até 2020. “Estamos debatendo com empresários, sociedade civil organizada, comunidades tradicionais, academia e governos para elaborar um plano estratégico para o biodiesel, e vamos apresentar o resultado desse processo na Rio+20”, conta Maretti.

Um sinal importante de que esse diálogo está evoluindo vem de Virgílio Viana, do FAS. Segundo ele, os recursos que transformaram o Bolsa Floresta na maior experiência em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do planeta – abrangendo uma área de 10 milhões de hectares e 550 comunidades do Amazonas – vieram, sobretudo, de grandes doadores da iniciativa privada. Graças a esses aportes, foi possível criar um fundo permanente para ancorar os projetos de PSA.

Há muitas travas ao diálogo. “Somos todos herdeiros das divergências do século XX”, diz Moema Miranda, do Ibase

“Do total, em torno de 93% do nosso orçamento é de origem privada, o que nos garante agilidade e um custo de implementação muito melhor do que os de várias ações governamentais”, avalia Viana.

GOVERNOS LOCAIS

Mais até do que o empresariado, os governos locais também enfrentam certa dificuldade de inserção nos diálogos. Como os atores institucionais dos processos oficiais da ONU são os governos nacionais, as instâncias locais terminam numa posição um tanto estranha. Mas não que isso reduza sua importância, nem poderia: cerca de 30% do PIB global está concentrado em uma centena de regiões metropolitanas e, até 2030, dois terços da população mundial viverá em cidades.

“Não tem nem como pensar em economia verde sem relacionar com economia ‘urbana’ verde. É nas cidades que as oportunidades de negócio estarão. Por isso, queremos que os governos locais sejam reconhecidos nesse processo”, diz Florence Laloe, diretora regional interina da organização Iclei.

O Iclei representa nada menos que 1.200 governos locais – entre cidades, estados, condados e províncias – e já decidiu que seu próximo congresso mundial se dará em Belo Horizonte, entre os dias 29 de maio e 1 de junho. A proximidade de data com a conferência do Rio não é um acaso. A organização queria facilitar a vida dos associados que quisessem dar uma passada pela Rio+20. Além disso, a organização está planejando um espaço paralelo chamado Global Townhall, em que as cidades possam apresentar seus projetos e mostrar resultados.

“O sucesso da Rio+20 vai depender muito da forma como a sociedade civil e os demais atores se apropriarem dela”, encoraja Pedro Telles. Isso sem contar que – ao fim e ao cabo – quem está de olho na conferência sofre de um incorrigível senso de otimismo, mesmo admitindo que as chances não são favoráveis.

Moema Miranda nem pestaneja ao responder que espera nada menos que “a vitória” da Rio+20. “O que estamos tentando é ganhar o jogo contra a destruição do planeta, e isso interessa a todos.”

Como participar?

Há pelo menos três campos de ação em que a sociedade pode buscar representatividade desde o pré-evento. **POR THAÍS HERRERO**

NÍVEL OFICIAL

Qualquer cidadão ou instituição pode expressar suas expectativas sobre a Rio+20 e a pauta do desenvolvimento sustentável por meio de consultas públicas disponíveis na internet.

As consultas são formas de canalizar as opiniões da sociedade civil para serem analisadas por um secretariado da ONU. O produto final é a declaração oficial das Nações Unidas com recomendações, informações para convenções, diretrizes para governança e prioridades para política do desenvolvimento sustentável.

O site oficial (uncsd2012.org) tem uma consulta aberta até 1º de novembro, além de um calendário que aceita inserções de eventos relacionados à conferência.

Em setembro, encerrou-se o prazo para recebimento das respostas à consulta organizada pelo Ministério do Meio Ambiente. As respostas a um questionário com 11 perguntas serão a base para o governo brasileiro escrever o primeiro documento com seus posicionamentos que será entregue à ONU.

NÍVEL DE INTERLOCUÇÃO

Fora dos ritos formais, representantes do governo e da sociedade civil dialogam abertamente sobre a arquitetura dos documentos e propostas em conversas “de corredor”, lobbies e reuniões. É onde a voz da população, em tese, tem mais poder de influência, pois chega diretamente aos ouvidos de representantes do governo, por intermédio das entidades das quais participam.

Encontros mais formais são assessorados pela Comissão Nacional da Rio+20, criada em junho pela presidente Dilma Rousseff, e pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), existente desde 2003.

Esses diálogos repercutem tanto no posicionamento do governo brasileiro na Rio+20 quanto em futuras políticas públicas que poderão ser traçadas de acordo com a pauta proposta pela sociedade.

NÍVEL AUTÔNOMO

Independentemente da agenda oficial, representantes e organizações da sociedade civil estão se articulando para influenciar as decisões a serem tomadas. Para isso, organizam tanto protestos de rua quanto grandes eventos.

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (CFSC) atua nos processos anteriores à Rio+20 para preparar e engajar a sociedade. Durante os dias da conferência, será realizada a Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, um evento paralelo. Em janeiro, o grupo que articula o Fórum Social Mundial fará um encontro temático e excepcional para organizar propostas de campanha e declarações.

Manifestações não produzem necessariamente papéis formais, mas fazem barulho, pressionando a opinião pública. Já a Cúpula e o FSM vão elaborar documentos finais com encaminhamento de propostas concretas à ONU.

[2] O documento pode ser acessado em: <http://goo.gl/knuUB>

Procuram-se bandeiras

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO EDSON LUCIANO

Nunca os atores da sociedade civil estiveram tão institucionalizados e tecnologicamente conectados. Mas, a nove meses da Rio+20, ainda falta enxergar o todo do qual fazem parte, as causas em comum e as bandeiras capazes de arregimentar as pessoas. “Tem marcha dos indignados, a Primavera Árabe, a campanha do clima. Existe uma energia latente, mas que não está canalizada”, constata Aron Belinky, coordenador de processos internacionais do Instituto Vitae Civilis e integrante do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira na Rio+20.

Essa desarticulação é preocupante, tendo em vista que a governança não cabe mais na caixinha institucional, apenas. O mundo globalizado exige formatos orgânicos, dinâmicos e flexíveis para planejar, formular, gerir e executar políticas muito além dos Estados Nacionais – o que abre um imenso campo para a sociedade civil ocupar e trabalhar. Crer que as ações serão efetivas, no entanto, será fundamental para que esse movimento se articule. Não obstante seu olhar crítico, Belinky ventila um *wishful thinking*: “Nós faremos da Rio+20 um grande evento, quer os governos queiram, quer não. Certamente terá gente indo pra rua dizendo que está na hora de mudar”. O vento da mudança, para tremular as bandeiras, já sopra por aí.

Por que “governança” foi escolhido como um dos temas da Rio+20?

Porque faz todo o sentido. Na verdade, esse monte de intenções e acordos que foram escritos, anunciados, tem muito pouco de *mainstream*, ou seja, não conseguiu tomar o centro das práticas. De 92 para cá, acumulou-se muito conhecimento, temos práticas que evoluíram, mas isso está longe de se tornar central no dia a dia. E aí a pergunta natural é por que isso aconteceu e como se faz para avançar. A conferência foi convocada para fazer um balanço e reforçar um compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

A governança seria o “como”? Como dar sustentação para o desenvolvimento de uma economia verde?

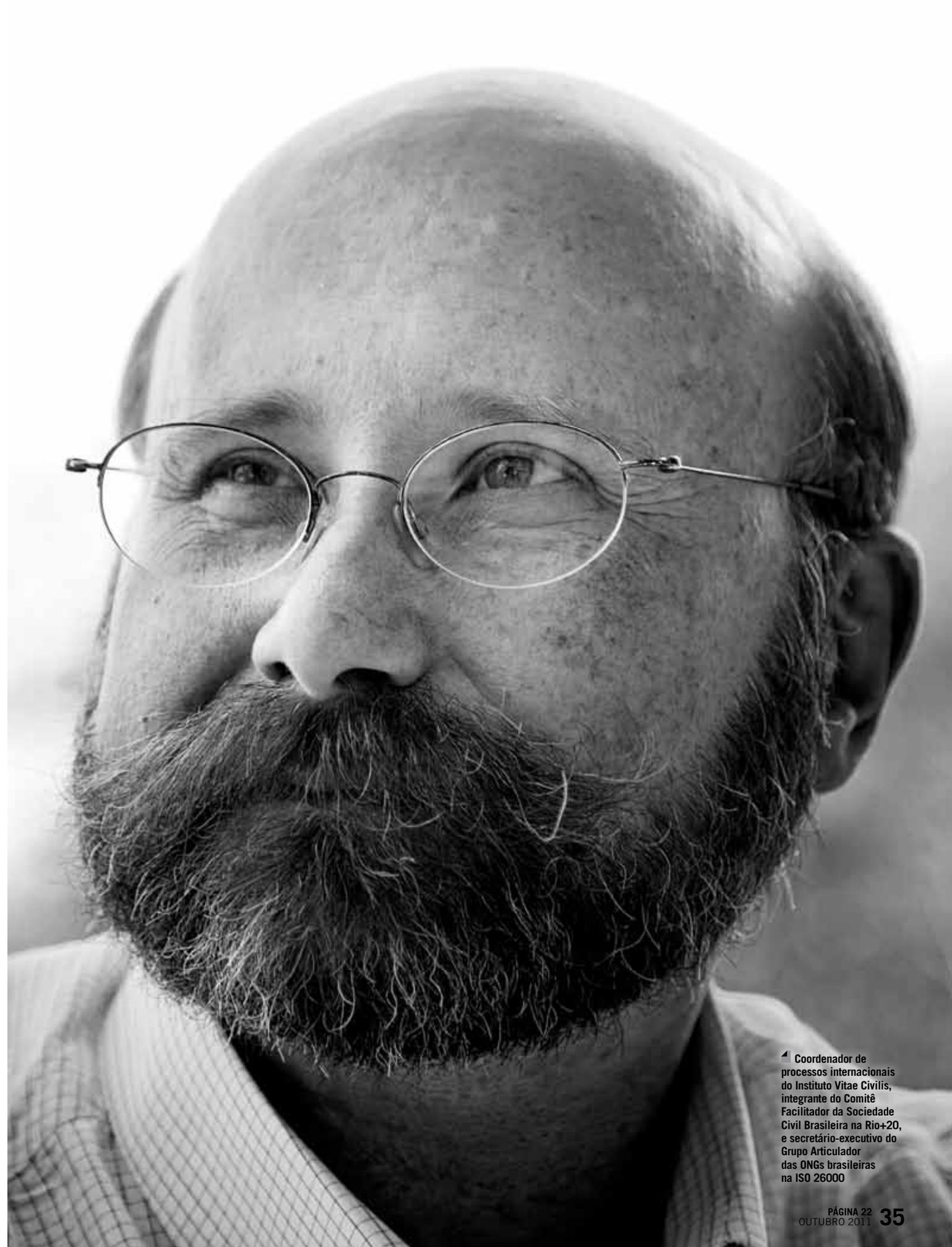
A economia verde não é o objetivo, o objetivo é o desenvolvimento sustentável. A economia não vive fora de um quadro institucional. E hoje esse quadro está formatado de uma maneira que privilegia a autonomia total dos capitais e os interesses das corporações visando um objetivo de acumulação. Esse quadro institucional precisa mudar para que a economia possa também servir a outra coisa. A economia é um meio, e não um fim.

O contexto de crise financeira – ao deixar claro que a economia, se deixada à sua própria lógica, levará a várias crises – é um bom momento para a conferência?

É um supermomento. O fato de se dar em tempos de crises simultâneas – alimentos, segurança, questão econômica – ajuda a colocar a Rio+20 em uma perspectiva de conferência estratégica.

Ao mesmo tempo, a Rio+20 se dá numa época de descrédito crescente sobre a efetividade das conferências da ONU. Se pegar um balanço sobre clima, biodiversidade e desertificação, pouca coisa se alcançou nesses anos todos. Acabamos de falar sobre a dificuldade de se colocar esses temas no *mainstream*. Quando a ONU levanta o tema da governança, ela própria abre caminho para que se criem e se fortaleçam outras dimensões mais informais de gestão?

A governança já está no debate há muito tempo, no sentido de como implementar as decisões que saem das conferências. No Rio, surgiu a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que deveria acompanhar a implementação. Só que os mecanismos são ineficazes, e isso também já está reconhecido há muito tempo. Tem “n”



Coordenador de processos internacionais do Instituto Vitae Civilis, integrante do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira na Rio+20, e secretário-executivo do Grupo Articulador das ONGs brasileiras na ISO 26000

necessidades de criar acordos globais com capacidade de *enforcement* – ligados a comércio, transações financeiras, direitos humanos. O desenvolvimento sustentável, por ser uma coisa que, se for levado a sério, junta o econômico, o social e o ambiental, é central nisso.

Mas a capacidade de implantação do que foi resolvido nos acordos esbarra na questão dos limites nacionais e do sistema multilateral inteiro. O Estado Nacional, desde quando inventado, há 200 e poucos anos, é soberano. É o único ente que governa, sem ingerência de outros entes. Mas soberania é intrinsecamente conflitante com os interesses globais. Só que o sistema todo está montado em cima dessa incoerência. Exemplo: o que é um diplomata? É um cara treinado para se relacionar com outros países do mundo fazendo com que o seu país tenha o menor risco, ameaça e perda possíveis, e o maior ganho.

E são eles que negociam os acordos globais.

Justamente. Então, como é que isso vai funcionar? Existe um problema de fundo. O mundo é mais que a soma dos países e agora a gente percebe isso com uma força diferente. Não era assim há 50 anos e é isso que está no problema da implementação.

Diante disso, podemos dizer que os movimentos da sociedade civil que orbitam esse núcleo institucional, fazendo suas pressões, hoje são mais relevantes, têm mais força que esse centro formal?

Não são mais relevantes ainda porque o Estado Nacional e tudo o que está montado em torno dele tem um peso enorme. E veja o que acontece na sociedade civil – entendida como tudo aquilo que não é Estado, ou seja, movimentos populares, sociais, ONGs, igrejas, empresariado e também o mercado. Tem uma parte extremamente poderosa e sem freios que são os capitais e o sistema empresarial. São atores supranacionais, com grande capacidade de exercer pressão. Mas esse tipo de poder não diz respeito a ninguém, no máximo a seus próprios acionistas e olhe lá, e, neste caso, os acionistas são atomizados, e os controladores do capital, autônomos. Esse é um primeiro problema. Depois, tem a sociedade civil não empresarial, ou seja, os movimentos sociais e populares que estão extremamente fragilizados.

Por quê?

A gente tem uma capacidade de conexão como nunca teve, devido às mídias sociais, essa coisa toda. Mas, ao mesmo tempo, não há uma capacidade de organização e articulação com continuidade. Existe um descrédito nos mecanismos constituídos. E a sociedade civil só se mobiliza na medida em que tem um objetivo e percebe que vai fazer diferença.

E ela não está percebendo isso?

A questão é que percebe pontualmente. Então, você verá a marcha dos indignados, a Primavera Árabe, a campanha do clima. Existe uma força, uma energia latente, mas que não está canalizada.

São sucessos pontuais e não parte de um processo?

Ainda não se enxergou *qual é* o processo. A Rio+20 se dá em um momento em que a sociedade civil está tentando entender como pode se mobilizar de modo que de fato faça diferença e seja capaz de criar uma nova maneira de “funcionar” na sociedade.

Por que essa convergência não ocorre? É só pela questão de não se ver efetividade, ou há problemas de falta de recursos, fazendo com que cada organização opere muito voltada para si mesma e para a agenda de seus financiadores?

Há uma mudança de cenário em relação a 92. O Brasil havia acabado de aprovar a nova Constituição, era um momento de despertar, de rearticular uma sociedade que acreditava muito em sua capacidade de fazer mudanças, até porque tinha conseguido superar a ditadura.

Ou seja, tinha a democracia como um fio condutor?

Havia a ideia da redemocratização formal e participativa como um fio condutor, isso, por um lado. Por outro, tinha o fato de que as agendas eram bastante separadas – os ambientalistas, os movimentos sociais, os movimentos feministas, os movimentos pelo direito das minorias. Todos estavam bastante segmentados, mas se viam como parte de uma sociedade. Eles não se conheciam ainda como movimento, mas estavam juntos. Vinte anos depois, a situação é bem diferente. Muitas organizações conseguiram se institucionalizar, seguindo determinado trilha, cada qual com uma lógica de operação própria. É mais difícil pegar uma organização que tem uma agenda, um planejamento anual, um orçamento, uma equipe, programas, e fazer esta aqui começar a se conectar com outra que também tem uma bagagem e não está indo necessariamente na mesma direção. E há a questão do recurso. Está faltando dinheiro no Brasil e no mundo. Com as crises, os recursos que sobram estão indo para países onde a situação é mais crítica (*do que em países emergentes como o Brasil*).

Assim, a organização acaba seguido a agenda definida pelo financiador, que libera um dinheiro carimbado para determinado projeto?

Tem um certo grau de captura da agenda, que acaba feita não em função do que a organização da sociedade civil acredita, mas dos recursos disponíveis, ou ao menos de uma mescla das duas coisas. Em 92, houve no sistema ONU uma organização da sociedade civil em nove segmentos – os Major Groups, ou grupos principais. “Então aqui tem uma cadeira para o setor privado. Uma cadeira para produtores rurais. Uma cadeira para ONGs.” Como se em uma cadeira coubesse toda a diversidade que tem em cada um desses chapéus. No setor privado, cabem desde o microempresário até uma transnacional. Entre os produtores rurais, tem desde o pequeno até uma megaprodução de grãos. Abriu-se um espaço de participação teórico que na prática é muito limitado e imperfeito.

Então, existe o desafio de como aproveitar esse espaço dado no sistema multilateral, mas conectado com a base. Quando a gente for olhar governança, verá quais são os espaços de participação da sociedade civil no setor multilateral e também como força autônoma querendo encontrar seu lugar em um mundo pós Estado Nacional, que requer uma governança que vá além dos Estados Nacionais. Isso não está desenhado em lugar nenhum. O que deve aparecer na Rio+20, imagino, é a clareza desse momento que a gente está vivendo. Existe a necessidade de se estruturar uma forma de participação social que seja capaz de dar conta do mundo como ele é hoje: globalizado.

Algo que não será resolvido daqui a nove meses no Rio.

Mas ao menos deixará claro esse cenário e permitirá que a gente

identifique algumas linhas de atuação. Essa nova governança que a gente está querendo criar vai aparecer, e não porque alguém planejou, mas porque a prática mostrou que daquele jeito funciona. O mundo não coube naqueles nove caixotinhos planejados (*os Major Groups*), mas o mundo acontece. Existe essa coisa de conexões de redes e comunidades, que está no comecinho. Na marcha dos indignados apareceram faixas: “Ninguém me representa”. O que quer dizer isso? Que aquelas pessoas não acreditam no sistema tradicional de representatividade. Tá, mas a gente consegue viver sem isso, ir além disso? A gente vai ver no Rio isso acontecendo na prática. Vai ter uma grande massa? Terá uma grande massa indo para onde, para quê?

Sim, para quê? Com que propósito?

Tem uma convergência muito clara: as pessoas estão com muito saco cheio do que está acontecendo hoje. Estão frustradas, com medo e enxergando que o sistema institucional não dá conta disso. A partir daí vem o quê? Uma convulsão caótica de pessoas individualizadas e atomizadas – em que uns estão confortáveis consumindo tudo o que podem, e outras estão desconfortáveis ou exploradas e vão fazer revoltas –, ou a gente vai identificar maneiras de se reorganizar? Acho que a gente vai procurar essas maneiras. Não será uma coisa simples.

Desse movimento todo, o que já está mais estruturado, com uma cara mais definida? Podemos citar governos locais, regionais, grupos multistakeholders, instâncias que até pouco tempo atrás não existiam?

De que mato vai sair coelho, é isso? Um lugar onde claramente tem coisas pra acontecer é no caminho de governos locais e poderes subnacionais. Esses poderes, seja em cidades, seja em estados, regiões, estão se comunicando e se conectando, e as pessoas percebem que aí podem ter uma influência muito mais direta e rápida, e isso é mobilizador. E assim começam a acontecer as coalizões entre governos locais. Quando se pensa que mais da metade da população mundial vive em cidades, é curioso. E é engraçado pensar que de um mundo que até 300 anos atrás era formado pelas cidades-Estado emerge agora outra rede se articulando por baixo dos Estados Nacionais, compartilhando soluções etc.

Outro caminho com potencial grande de mostrar resultados tem a

ver com os mecanismos de transparência. Difícilmente você consegue ter sistemas de comando-e-controle totalmente eficazes quando faz um mega-acordo. Não consegue ter autoridade ou poder de pressão, de *enforcement*, para que aquelas coisas sejam cumpridas. Um dos mecanismos que está aflorando nessa direção é para tornar obrigatório o provimento de informação. Aquilo que é relevante do ponto de vista de riscos ambientais, de recurso movimentado, de quem é dono de cada coisa – isso tem um potencial enorme de transformação. É um *driver* em que tem muita gente trabalhando e onde você começa a tornar esses entes que estão orbitando em volta dos Estados mais sujeitos a controle pela sociedade. Agora, a sociedade tem de ser capaz de entender a informação e se mobilizar para cobrar aquilo.

Aí a gente vai para o terceiro ponto: as articulações *multistakeholders*, entendendo *stakeholder* como a parte que tem a ganhar ou a perder pela decisão de alguém ou de alguma organização. Esses grupos formam laços de interesse e conexões que variam conforme a configuração, a situação. E ainda outro caminho são algumas causas globais que podem ser grandes catalisadoras, como taxaço sobre fluxos de capitais internacionais, Tobin Tax etc.

Para usar esses recursos onde, em mudança climática?

No fortalecimento da sociedade civil, na implantação dos mecanismos de combate e adaptação ao aquecimento global. Ter uma taxa sobre uso do céu e do mar, cobrando pedágio das movimentações de cargas e passageiros – usar esse tipo de fluxo global para gerar receitas globais e que atendam a necessidades globais, isso é uma coisa nova. E se conecta com a ideia dos bens comuns, que hoje estão “largados”, não têm uma governança. Identificá-los e criar mecanismos sociais pelos quais você zele por eles e eles gerem uma receita comum, é uma tendência forte, transformadora e que pode resultar em uma bandeira.

São as bandeiras que vão fazer as pessoas se articularem?

A gente vai sentir a temperatura até a Rio+20. Temos de fazer algo que venha de baixo para cima. Não será uma liderança iluminada que dará a palavra de ordem. É preciso entender onde está a energia, onde as coisas estão aflorando e daí procurar transformá-las em bandeiras.

Esse é um dos papéis do comitê facilitador?

Não falo em nome do comitê facilitador, e, sim, como coordenador de processos do Vitae Civilis, porque há interpretações as mais variadas sobre esse cenário. Então o comitê, como diz o nome, é facilitador. Existe para facilitar que a participação da sociedade civil e a mobilização aconteçam em torno da Rio+20. A identificação das bandeiras – escolher essa ou aquela causa, essa ou aquela perspectiva – é uma coisa que está por acontecer. O comitê não está dizendo qual deve ser. Por enquanto o comitê não tem um porta-voz político. É uma construção muito delicada. E muito chata... chatíssima. (*risos*)

Por que é chata?

Porque você esbarra em interesses imediatistas, falta de informação e preconceito. É igual à discussão sobre economia verde. Tem um monte de gente discutindo se é ou não a favor de economia verde sem nem ter claro o que a gente quer dizer com isso. Tem gente que nesse nome enxerga a predominância do “grande mercado”. Perde-se

A sociedade civil só se mobiliza à medida que tem um objetivo e percebe que vai fazer diferença

Na preparação, discutiu-se como fazer a Rio+20 com o menor risco e 'enchimento' possíveis

um tempão com uma discussão semântica que não trará resultado concreto e acaba desgastando proximidades que se poderiam cultivar.

Há também a discussão da governança institucional proposta pela ONU. Essa reformulação é importante, a seu ver?

Um dos blocos de debate é o fortalecimento da governança ambiental. Há consenso de que a área ambiental tem muito pouco poder de *enforcement*, isto é, faltam mecanismos efetivos para se cobrar o cumprimento de acordos que seriam vinculantes. Depois, há uma necessidade absoluta de coordenação dessa área, tem centenas de acordos – os Multilateral Environmental Agreements (MEAs), como Protocolo de Kyoto, Convenção do Clima, convenção sobre resíduos químicos, sobre poluentes –, cada qual com sua própria secretaria e reuniões periódicas, com enorme desarticulação. Em tese, há mecanismos de coordenação dentro da ONU que deveriam dar conta disso, como a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e o Conselho Econômico e Social, mas na prática isso não tem funcionado.

Um lado é reforçar o Pnuma, criar uma agência internacional de meio ambiente, e, de outro, ter um mecanismo de articulação das questões de desenvolvimento sustentável que inclua as instituições financeiras internacionais, o sistema Bretton Woods, os vários movimentos sociais – buscando a coordenação macro do desenvolvimento sustentável. Há uma resistência muito grande a um novo megaórgão dentro da ONU, que criaria despesas, cargos, reuniões. Então, a tendência que está pintando é criar um mecanismo formal de nível mais alto de coordenação das políticas.

E como a governança da sociedade civil dialoga com esse redesenho institucional, considerando-se o problema de representatividade dos Major Groups?

Na discussão paralela da sociedade civil, um dos itens é pensar como dialogar melhor. Mas talvez não vá muita energia nisso, porque existe um grande ceticismo em relação a essa reforma.

Há risco de a discussão sobre a reforma ficar só interna à ONU?

Só, não. Tem uma minoria da sociedade civil com disposição, paciência e recurso de olhar e pensar nas engrenagens e em quais vale a pena mexer. Mas não será a bandeira que mobilizará as pessoas na rua.

É verdade que a ONU tentou esvaziar a Conferência da Rio+20?

Não, a ONU como instituição tem seu serviço para fazer. O que aconteceu foi o seguinte. A resolução da assembleia-geral que convocou a Conferência saiu em 24 de dezembro de 2009, literalmente no *day after* da COP 15, na ressaca de um fiasco gigantesco. No começo de 2010, houve a reunião do comitê preparatório, com pouquíssima gente participando. Da sociedade civil brasileira tinha uma pessoa, o Rubinho (*Rubens Born, da Vitae Civilis*). Quem estava lá presenciou a seguinte discussão entre quem planejava a conferência: “Como a gente se desincumbe de fazer uma conferência com o menor risco e a menor enchimento de saco possíveis?” O governo brasileiro pressionou para que houvesse uma quantidade razoável de dias de negociação preparatória prévia, e que a conferência tivesse uma certa duração, enquanto outros países, especialmente os EUA, pressionaram para que não, argumentando que não tinham tempo para perder com isso, ou não tinham recurso ou não tinham pauta.

O Brasil puxava para cima porque via ganho geopolítico, de imagem?

Uma parte disso, outra parte porque é uma questão moral. Quem levantou isso em assembleia foi o Lula, anos atrás, dizendo que deveríamos realizar uma conferência no Rio etc. e tal. A sugestão tinha partido do Brasil.

Além do Brasil, quem mais está puxando a conferência para cima?

Alguns países são a Alemanha e a França. Mas, até agora, o único chefe de Estado com presença confirmada é a Dilma... É que nenhum chefe de Estado quer se prestar ao papel de ir a um lugar onde vai fazer um papelão, como foi em Copenhague. Eles agora estão ariscos. Portanto, só teremos garantia de que esses caras vêm conforme for ficando claro o que será produzido. Uma coisa de ovo e de galinha. Já tem uma movimentação de sociedade civil, o vireojogo.org.br, chamando atenção dos chefes de Estado e do público em geral, dizendo que um troço importante vai acontecer no Rio. Mas essa conferência não depende só dos governos para dar certo. Uma grande estrela será a sociedade civil. Nós vamos fazer disso um grande evento, queiram os governos ou não.

Mesmo sem antes resolver a questão da articulação e da convergência da sociedade civil de que falamos no início?

Isso vai aparecer. As pessoas já sabem que é um ponto de encontro importante, há muito não havia um encontro com essa quantidade de agendas no mesmo lugar. Começa a se criar um cenário em que os governos correm o risco de ficarem mais irrelevantes ainda se não forem lá, em peso, para mostrar que são capazes de fazer alguma coisa.

Mas se o governos não forem, e não houver uma interação com eles, adianta alguma coisa a sociedade civil mostrar que é poderosa?

Primeiro, os governos vão, pode não ser um chefe de Estado, mas vai um ministro. Queremos 127 chefes de Estado no Rio de Janeiro, porque isso dá um peso para as decisões. De qualquer modo, acontecerá alguma coisa de importante. Outro ponto é que a Rio+20 não se dará só no Rio: haverá manifestações globais concertadas. Certamente terá gente indo pra rua, pra praça, dizendo que está na hora de mudar. zzz

[PERFIL]

Garoto+20 | O que pensa um jovem carioca de classe média que nasceu junto com os primeiros debates em torno do desenvolvimento sustentável **POR ANA CRISTINA D'ANGELO**

O carioca William Doyle terá 20 anos quando os chefes de Estado declararem aberta, no dia 4 de junho de 2012, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. PÁGINA22 antecipa um bate-papo com esse estudante de Direito e violinista do Theatro Municipal do Rio, na tentativa de fisgar alguns indícios do que pensa um integrante da geração classe média que nasceu com a Rio 92, as diferenças em relação à geração dos pais, além de perspectivas e comportamentos daqueles que estarão no comando do mundo daqui a outros 20 anos. Confira os trechos da conversa:

Rio + o quê?

No ano retrasado, participei de um evento da ONU em que tomei conhecimento da Rio+20. Pouca gente sabe da Conferência. O carioca tem memória curta – o Brasil, aliás. Acho que, quando todos ficarem a par, no geral, vão querer saber se terá famosos, como Angelina Jolie etc. Para mim, sustentabilidade é desenvolvimento econômico que não resulte prejuízo para a natureza, que não produza catástrofes ambientais e traga mais qualidade de vida para as pessoas.

Como nossos pais

(*William é filho de Philip Doyle, musicista inglês que chegou ao Rio, com os pais, aos 10 anos, e de lá nunca mais saiu. William não vê diferença de comportamento entre as gerações, quando o tema é sustentabilidade.*)

Vejo gente poluindo pra caramba. Estive na Alemanha para estudar a língua e tive oportunidade de ver as pessoas separando o lixo, devolvendo a garrafa de vidro e os produtos com etiquetas sobre a forma como foram produzidos. Vejo mais atraso do Brasil em relação aos outros países do que diferenças entre as gerações.

Os vários Rios

Acho o pessoal desleixado em relação a temas ambientais. A Barra da Tijuca



como rodas de samba, feijoada na Lapa. Vamos aproveitando mais os espaços que a cidade oferece. Há também preocupação de recolher o lixo na praia – *flyer* de festa, por exemplo. A gente é até paranoico com isso.

Vejo ainda um entrosamento maior entre a favela e o asfalto, uma mudança de cultura recente. Minha mãe tem uma escola de música e há algum tempo fez um projeto de ensino no Morro Dona Marta. Dei aulas de violino lá, ia comer macarronada com o pessoal, tivemos um convívio bom. Meus amigos acharam estranho, na época, mas hoje não achariam.

A Copa está por fora

Não estamos otimistas com o legado dos eventos esportivos. Para que perdurem e beneficiem a cidade, deve ter manutenção do que vai ser construído e nós, sinceramente, não acreditamos nisso. Além disso, a Copa e as Olimpíadas estão gerando um aumento absurdo no custo de vida do Rio. Tudo está caro, aluguéis, comida, transporte. E as obras beneficiam lugares já privilegiados, não apostaram em bairros como São Cristóvão, Meyer, mas, sim, a Zona Sul, que já é abastada.

Nós e eles

O que é bom lá fora

Eu acho a energia eólica incrível. O Brasil tem um tremendo potencial que não é aproveitado. Na Alemanha, vi muito uso da energia eólica. Aqui, o Brasil investe no petróleo, que é uma fonte de energia superada. Por que não temos transporte fluvial, como nos outros países? As rodovias não suportam mais o tráfego.

O que é bom aqui dentro

Somos calorosos, acho que isso pode ser aproveitado para um mundo mais sustentável, mais amigável. Gosto também dos projetos das escolas do Rio com comunidades carentes. Não sei como funciona no resto do País, mas esse intercâmbio aqui é muito legal. zzz



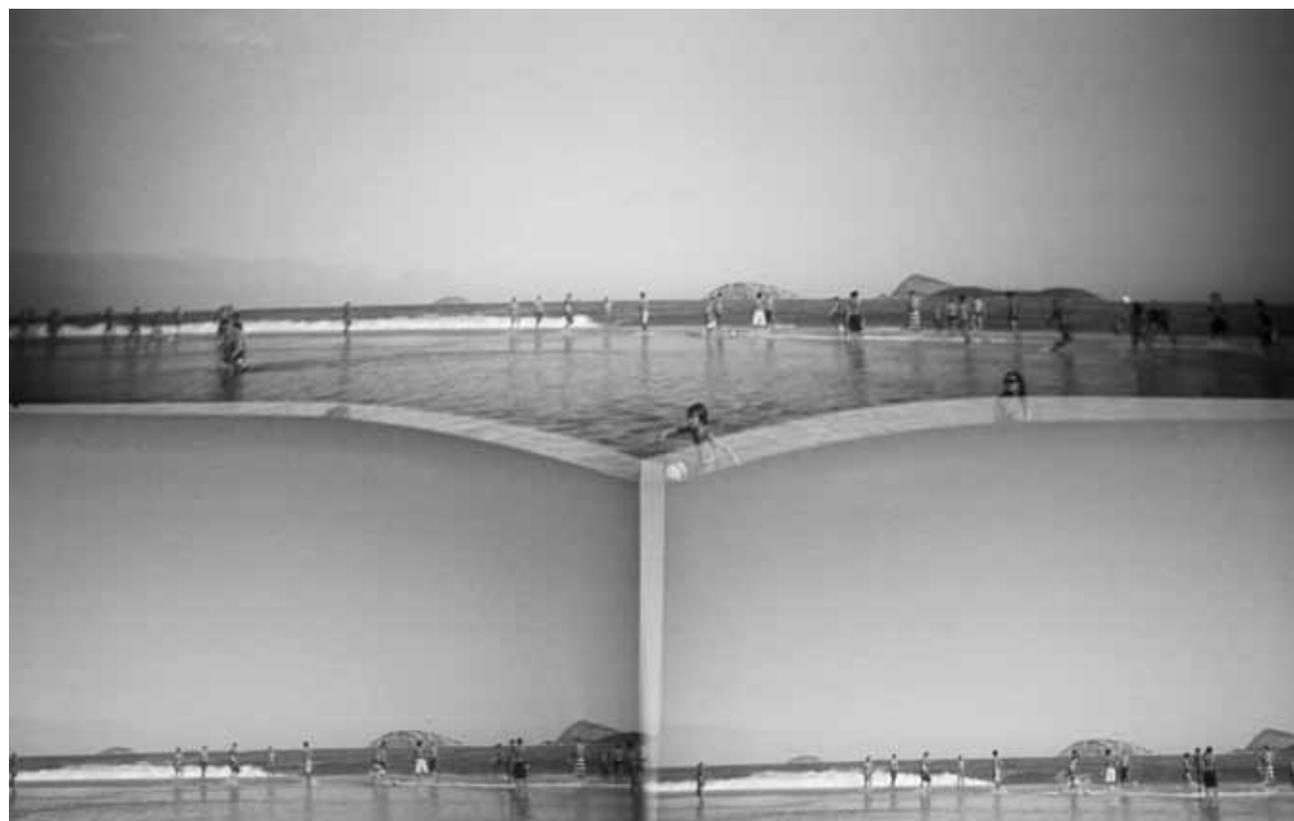
R.I.O.

FOTOS MARINA FARIA TEXTO ANA CRISTINA D'ANGELO

O que haverá por trás de tanta beleza gratuita neste Rio de Janeiro? Seria suficiente para um relacionamento agradável, não fosse todo o contraste social? Nesse movimento ondular em todas partes – no calçadão da Zona Sul, morros, bundas e marés – o Rio não parece oferecer mistério. É dado, afeito a, predisposto, desfrutável.

O movimento é a matéria-prima das fotos de Marina Faria, feitas com câmeras Lomo, com efeitos sequenciais em três e quatro *frames*. Em dois segundos, quatro fotos. No lugar das cores gritantes de Ipanema, predomínio de cinza, com nuances.

Como sede da Rio+20, a cidade acolhe outra vez o centro do debate de uma vida possível para um futuro que exista. Quem sabe as ondas não tenham a acrescentar nessa discussão, que seja o avanço e o movimento, 20 anos depois. Longe do clichê solar, mas sobre reais expectativas e atitudes construídas e emolduradas por uma cena rara e bela. [zz](#)





A parte privada da solução

O protagonismo das empresas é inquestionável no cenário da Rio+20. Mas somente a articulação com o governo, na construção conjunta de políticas públicas, será capaz de dar escala ao novo jeito de fazer negócios POR DAVI CARVALHO FOTO LUCAS CRUZ

Políticas norteadoras são importantes para criar padrões e reduzir custos, fazendo com que os novos processos produtivos ganhem sentido econômico

Vinte anos se passaram desde que a Rio 92 despertou o mundo para a necessidade de um desenvolvimento mais sustentável. A ideia amadureceu e hoje já se entende que a construção de um novo mundo não é de responsabilidade exclusiva de governos: as empresas, excluídas do processo de discussão até as vésperas daquela conferência, passaram a se ver e ser vistas como *players* fundamentais. Se os processos produtivos são uma parte importante dos problemas que assolam o planeta, é nas empresas que está boa parte das soluções. Daí por que se espera seu protagonismo na Conferência das Nações Unidas Para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012.

Avanços importantes afloraram ao longo das últimas duas décadas. Muitas empresas desenvolveram iniciativas socioambientais voluntárias, como regulamentação civil (ISO 14000) e programas de redução da pegada carbônica e hídrica – atentas às oportunidades de mercado que se abrem com a adesão às novas práticas e em antecipação ao aumento de regulação socioambiental previsto para os próximos anos. Recentemente, foram assinadas diversas cartas de compromisso, intenções, pactos. As perguntas são: as promessas serão cumpridas? As práticas serão implementadas? De que forma?

Para o presidente do Instituto Ethos e membro da Comissão Nacional da Rio+20, Jorge Abrahão, essas ações isoladas demonstram um papel de liderança de algumas empresas, ao assumir compromissos antes mesmo de serem transformados em políticas públicas. Mas, para que o engajamento se dissemine amplamente no meio corporativo, é preciso uma articulação com o governo – a quem cabe internalizar as discussões e compromissos e transformá-los em políticas públicas norteadoras do setor privado.

Essas políticas são importantes para criar padrões,

dar escala e reduzir custos, fazendo com que os novos processos produtivos – por exemplo, uso de fontes energéticas renováveis, transporte de baixo carbono, uso sustentável da biodiversidade – ganhem sentido econômico. “Se não, as companhias temem perder competitividade e vão cumprir os compromissos apenas até certo ponto. A empresa quer fazer, tem dinheiro para tanto, mas deve haver um limite de ação a ser definido pela política pública”, diz Abrahão.

Além disso, muitas empresas multinacionais não se comprometem com questões locais, porque estão inseridas em uma agenda global da matriz. “Esse é um importante dilema que o setor enfrenta”, aponta ele.

AGENDA PROPOSITIVA

Ricardo Young, diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade, afirma que o setor reconhece que as iniciativas voluntárias não são suficientes em si, mas destaca a mobilização das empresas para conseguir construir uma agenda propositiva. “A preocupação na Rio+20 deve ser fazer uma avaliação do que funcionou ou não até aqui, e estabelecer as bases de governança necessárias para que os acordos sejam implantados e tenham efetividade”, observa Young.

Com o objetivo de conseguir um documento exequível, as empresas têm compartilhado suas experiências e boas práticas em grupos, como o Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que reúne 64 das maiores companhias que atuam no Brasil. Para formatar a agenda a ser apresentada pelo Cebds, discussões são realizadas nas oito câmaras temáticas mantidas pela entidade: finanças sustentáveis, biodiversidade e biotecnologia, energia e mudança climática, legislação ambiental, comunicação e educação, construção sustentável, água e gestão sustentável.

“O que temos hoje, apesar dos avanços, são iniciati-

vas isoladas, ainda no campo de mercados incipientes e iniciativas pioneiras”, ecoa Marina Grossi, presidente-executiva do Cebds. “Ainda são os antigos paradigmas de negócios que dão o ritmo e compasso desse processo nos níveis nacional e internacional. Por isso, é preciso o governo mais engajado.”

Mas engajamento não cabe só ao governo. Quando se fala em articulação e diálogo, a mão é de via dupla, e requer predisposição das empresas.

Para conquistar espaço nas discussões da conferência, o setor privado tem buscado, por enquanto, fortalecer seus elos internos, a partir de uma coalizão entre o Cebds, a Câmara de Comércio Internacional e o **Pacto Global**. “Estamos conversando com outras entidades, como o Ethos e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), para que possamos ter uma visão conjunta do setor empresarial para a Rio+20”, informa Marina, que critica a falta de representatividade do setor na **Comissão Nacional**. “Há muito poucas cadeiras em vista do tamanho impacto que tem esse setor.”

MAIS RELEVANTE, IMPOSSÍVEL

A Rio+20 lida com o desafio de suceder as frustrantes COP 15 e COP 16, realizadas em Copenhague e Cancún, que sinalizaram negativamente a possibilidade de integração entre governos, empresas e sociedade. O alento para a Conferência do próximo ano é que ela ocorre em um momento no qual se buscam alternativas para um mundo mergulhado em crises gestadas pelo atual modelo econômico e de desenvolvimento.

“Se existe um tema que deve ser conversado agora é o do desenvolvimento sustentável, pois se trata de encontrar saídas para o que não está dando certo e precisa ser transformado de forma drástica, inclusive em suas métricas de riqueza e indicadores de sucesso. Essa discussão é a mais relevante possível para uma geração



inteira”, ressalta Marina Grossi. A Rio+20 será o palco no qual essas mudanças deverão ser debatidas, mas a densidade do assunto e a quantidade de temas a serem abordados assusta, devido ao curto período de discussões. Isso faz muitos descreditarem da conferência e já tratá-la como apenas mais um grande e inócuo evento feito com a chancela da ONU.

De fato, especialistas acreditam que a Rio+20 não deve apresentar soluções para o dia seguinte, mas é fundamental que os debates criem metas e caminhos para o cumprimento delas e estabeleça quem deverá capitanear as implementações e de que forma. “Temos que sair da Rio+20 com medidas palpáveis, com formas de mensurar, com indicadores, com uma governança diferente e escala nas ações, além um consenso político que dê bases para um trabalho concreto”, diz Marina.

Como atingir isso, dentro de uma agenda conjunta e articulada entre governo, setor privado e organizações da sociedade civil, ainda é a grande pergunta. [\[2\]](#)

■ **Pacto Global** é uma iniciativa desenvolvida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de mobilizar o empresariado internacional para a adoção de valores nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Reúne cerca de 5.200 organizações signatárias articuladas por 150 redes ao redor do mundo

■ A **Comissão Nacional** é copresidida pelos ministros do Meio Ambiente e das Relações Exteriores e promove a interlocução entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil



NICK COBBING / GREENPEACE

Civilização **minguante**

As manifestações com faixas e objetos gigantescos que rendem impactantes fotos aéreas são uma marca do Greenpeace. Mas, desta vez, a trupe ganhou um reforço de renome. O artista e ativista John Quigley subiu a bordo da embarcação *Arctic Sunrise* para realizar esta reprodução do *Homem Vitruviano*, desenho de Leonardo da Vinci, no gelo do Oceano Ártico – imagem que correu o mundo. A instalação de cabos de cobre mede o equivalente a quatro piscinas olímpicas e foi batizada de *Homem Vitruviano Derretendo*.

Quigley já realizou mais de 150 obras desse gênero, um tipo de arte colaborativa para ser vista do alto que já envolveu milhares de pessoas nos cinco continentes. Seu

trabalho sempre se refere a causas relativas aos direitos humanos, à justiça social e ao meio ambiente e rendeu dois documentários. Em *Viaje Gloria*, Quigley passa 71 dias morando em um carvalho de 400 anos para poupá-lo da derrubada iminente. *The Garden*, filme indicado ao Oscar de melhor documentário em 2009, mostra a luta do artista para evitar a desativação da maior fazenda urbana dos Estados Unidos.

“Recriamos o famoso desenho de Da Vinci porque, literalmente, a mudança do clima está devorando o corpo de nossa civilização”, disse Quigley. O mês de setembro, em que a instalação foi concluída, marca o mais baixo nível de gelo oceânico já registrado no Ártico. [Ez](#)

Programa Brasileiro
GHG Protocol



**Encontros do Programa Brasileiro
GHG Protocol com consultorias**
10, 17, 22 e 24 de novembro, na FGV-SP

**Apresentação e discussão sobre a
metodologia mais utilizada no mundo
para elaboração de inventários de
emissão de gases do efeito estufa.**
Participe!

Saiba mais:
www.fgv.br/ces/ghg
Telefone: (11) 3799-3503
E-mail: ghgprotocolbrasil@fgv.br



Marlene Depolito Santi,
consultora Natura e tesoureira
da Rede Feminina de Combate
ao Câncer, São Caetano do
Sul, SP.



Descobrir novas formas de gestão dos recursos da entidade. Começar a investir na informação sobre os direitos das pessoas com câncer. Muito mais gente consciente e vivendo melhor. **Alguém tem que começar, alguém tem que acolher. Por todos os cantos do Brasil, existem consultores e consultoras Natura que, com suas ideias e ações, estão transformando a realidade** em que vivem e começam a escrever uma nova história. A Natura acredita no poder dessas iniciativas. Por isso criou o Programa Acolher que identifica e apoia ações sociais desenvolvidas por nossa rede em todo o país. Ações que inspiram outras ações e que, cada uma a seu modo, têm o mesmo objetivo: transformar o mundo em um lugar melhor.